ISABEL SOFIA CALVÁRIO CORREIA
PEDRO BALAUS CUSTÓDIO
RONALDO MANASSÉS RODRIGUES CAMPOS
(Orgs)

LÍNGUAS DE SINAIS ALÉM-MAR:

PROPOSTAS DE INVESTIGAÇÃO E DESAFIOS

Manuscrito

Línguas de sinais além-mar: propostas de investigação e desafios

Isabel Sofia Calvário Correia
Pedro Balaus Custódio
Ronaldo Manassés Rodrigues Campos
(Organizadores)

Línguas de sinais além-mar: propostas de investigação e desafios

São Paulo
e-Manuscrito
2022

e-Manuscrito
www.emanuscrito.com.br
emanuscrito@uol.com.br
Tels: (11) 5978-4547 / (11) 97171-3871
CNPJ: 18.353.444/0001-76

C824l Correia, Isabel.
C987l Custódio, Pedro Balaus.
C198l Campos, Ronaldo Manassés.

Línguas de Sinais Além-Mar: propostas de investigação e desafios. Isabel Correia (Org); Pedro Balaus Custódio (org); Ronaldo Manassés Campos (org). São Paulo: e-Manuscrito, 2022.

105 p
ISBN 978-65-86723-72-4

1. Línguas de Sinais 2. Interpretação em Línguas de Sinais
3. Terminologia linguística 4. Línguas Gestuais

CDD 490
CDU 81.22

CONSELHO EDITORIAL

Profa. Dra. Angela Maria Roberti Martins (UERJ)
Prof. Dr. Antonio Castillo Gómez (UAH/Madrid)
Prof. Dr. Antonio Otaviano Vieira Junior (UFPA)
Prof. Dr. Antonio Rago Filho (PUC/SP)
Prof. Dr. Azemar dos Santos Soares Júnior (UFRN)
Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff (UFSC)
Prof. Dr. Fernando de Sousa (CEPESE/Portugal)
Prof. Dr. Francisco Alcides do Nascimento (UFPI)
Profa. Dra. Glaura T. Nogueira Lima (UFTM/MG)
Prof. Dr. Henrique Alonso Pereira (UFRN)
Prof. Dr. Iranilson Buriti (UFCG/PB)
Profa. Dra. Iara Beleli (UNICAMP)
Prof. Dr. João do Prado F. de Carvalho (UNIFESP)
Prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves (UFJF/MG)
Prof. Dr. Luis Balkar Peixoto Pinheiro (UFAM)
Prof. Dr. Luiz Carlos Barreira (UNISANTOS)
Prof. Dr. Manolo Garcia Florentino (UFRJ)
Profa. Dra. Maria Cristina Dadalto (UFES)
Profa. Dra. Maria Izilda Santos de Matos (PUC/SP)
Profa. Dra. Meize Regina de Lucena Lucas (UFCE)
Prof. Dr. Oswaldo Truzzi (UFSCar)
Profa. Dra. Tania Regina de Luca (UNESP/Assis)
Profa. Dra. Valéria Aparecida Alves (UECE)
Prof. Dr. Vitorio Capelli (UNICAL/Itália)
Profa. Dra. Yvone Dias Avelino (PUC/SP)

Todos os direitos reservados à e-Manuscrito.

Copyright © 2022 Isabel Correia; Pedro Balaus Custódio;

Ronaldo Manassés Campos (Orgs)

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem a autorização da e-Manuscrito.

As ideias contidas neste livro são de responsabilidade de seus autores.

Editores responsáveis: Gustavo F. S. Ferreira e Karina Cobo Bardavira

Capa: Gustavo F. S. Ferreira e Karina Cobo Bardavira

Arte Primeira capa: Ruan Cardoso de Oliveira. Foto: Josy Vitória Macedo

Breve nota editorial

O presente volume reúne contributos preciosos para os estudos linguísticos em torno das línguas de sinais/gestuais. A maioria dos capítulos desta obra versa sobre questões tradutórias, porém, destaca-se a descrição dos fenômenos que se concretizam nas línguas de sinais em apreço. Na realidade, este livro junta duas comunidades linguísticas, uma delas que partilha a mesma língua, outra cujos idiomas se distinguem, mas que as pesquisas buscam descrever. Referimo-nos ao fato de os autores serem lusófonos, partilhando o português nas suas duas variedades, europeia e brasileira. Esse traço unitário facilita a disseminação de resultados para uma comunidade ampla de leitores que acede em uma língua comum ao conhecimento. Todavia, o eixo central desta investigação são duas línguas de sinais que se aproximam na natureza e na modalidade, mas que se distanciam na materialização e na concretização formal, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS/LSB) e a Língua de Sinais/Gestual Portuguesa (LSP/LGP).

Os vários e inestimáveis textos que aqui se coligem buscam descrever essas línguas de sinais, seja em relação ao seu estatuto comunicacional, questionando a sua unidade e diversidade, seja em confronto com outra língua de sinais, almejando prescrutar raízes etimológicas ou, pelo menos, motivacionais dos vocábulos gestuais. Os fenômenos e particularidades dos processos de tradução são igualmente apresentados, percorrendo um variado leque de contextos, desde o religioso ao performático ou formal. Pretende-se dar conta de fenômenos de criação terminológica, processo de léxico em uso ou técnicas tradutórias maleáveis consoante o contexto em que o intérprete/tradutor atua. Em suma, quer-se dar a conhecer que estas duas línguas além-mar, a LIBRAS e a LSP/LGP, são sistemas organizados que representam o mundo extralinguístico e, por isso, devem ser dadas a conhecer, a estudar e a interrogar.

Expressamos profundo agradecimento aos autores e autoras destes textos pelo seu labor, empenho e generosidade em partilharem conosco e com quem nos lerá o seu inestimável conhecimento fruto de investigação séria, apurada e, sobretudo, fruto da imersão linguística e cultural nas comunidades Surdas portuguesa e brasileira. Não há palavras, sinais ou gestos que esgotem o nosso reconhecimento pelo trabalho dos autores e pela sempre disponibilidade e abnegação das comunidades Surdas que, a cada dia, nos oferecem a possibilidade de aprender e estudar esses idiomas.

Isabel Sofia Calvário Correia
Pedro Balaus Custódio
Ronaldo Manassés Rodrigues Campos

SUMÁRIO

Aproximações e distanciamentos lexicais em línguas de sinais: as frutas..... 09

Isabel Correia
Rafaela Silva
Ronaldo Manassés Rodrigues Campos

De Portugal à Terra de Vera Cruz: entre a Libras e a LGP - Do estatuto não pluricêntrico das línguas de sinais..... 25

Pedro Balaus Custódio

Libras no Terreiro: processos de criação de sinais no candomblé Jeje Savalu..... 39

Isabel Sofia Calvário Correia
Ronaldo Manassés Rodrigues Campos

Intérprete de Língua Gestual de conferência - Entre o atual e o ideal - Estudo de caso em Portugal..... 59

Andreia Rodrigues
Cristina Gil
Joana Conde e Sousa

O Intérprete e o palco – Interpretação de peças de teatro para língua gestual portuguesa..... 75

Pedro Oliveira

Os desafios da interpretação para voz..... 93

Joana Conde e Sousa
Rafaela Cota da Silva
Rui Pedro Oliveira

Aproximações e distanciamentos lexicais em línguas de sinais: as frutas

Isabel Correia[1]
Rafaela Silva[2]
Ronaldo Manassés Rodrigues Campos[3]

Introdução

O projeto além-mar surgiu com o intuito de refletir sobre as semelhanças e distanciamentos entre as línguas de sinais do Brasil (Libras), no tocante aos usos do Amapá, e de Portugal (LGP). Assim, nesses quase cinco anos de pesquisa, pesquisadores do Amapá e de Coimbra têm se debruçado sobre alguns grupos de sinais, buscando analisá-los. E, nessa perspectiva, é importante mencionar que o Brasil é um país continental, e o número de usuários de Libras, por conseguinte, é enorme. Portanto, deve-se ter em mente que essas análises e reflexões se dão em torno de sinais da Libras usada no estado do Amapá, em sua capital, Macapá. Cidade localizada no extremo Norte do país, com muitas regionalidades e singularidades, que proporcionam, além de questões linguísticas, questões antropológicas e sociolinguísticas acerca dos usos e da constituição dos sinais em Libras. O projeto, como sempre costumamos mencionar, ainda é uma gotinha frente ao Amazonas (nosso rio-mar de água doce), às necessidades e possibilidades de reflexão que se pode e temos a fazer sobre essas duas línguas de sinais.

Assim, este pequeno capítulo pretende dar a conhecer parte da pesquisa que temos levado a cabo, assente na descrição lexical de sinais de ambos os idiomas. Privilegiamos uma abordagem linguístico-cultural com o intuito de comparar a representação gestual dos

[1] Instituto Politécnico de Coimbra- Escola Superior de Educação. Contato: icorreia@esec.pt
[2] Instituto Politécnico de Coimbra- Escola Superior de Educação. Contato: rafaelacsilva@esec.pt
[3] Universidade Federal do Amapá. Contato: r.manasses@unifap.br

referentes, buscando entender a sua motivação e devir histórico. Este nosso contributo centra-se na descrição de sinais do campo lexical das frutas, procurando observar e entender as aproximações e distanciamentos linguísticos. Selecionamos alguns hipônimos do campo das frutas e os apresentamos acompanhados de algumas hipóteses quanto à sua concretização.

1 - Línguas de sinais além-mar: Portugal e Brasil

1.1 Língua Gestual Portuguesa/ Língua de Sinais Portuguesa

A Língua Gestual Portuguesa (LGP) ou Língua de Sinais Portuguesa (LSP), como foi recentemente nomeada, é o idioma da comunidade surda portuguesa. A terminologia em torno da nomeação dessa língua carece de investigação e consenso. De um lado, os autores Correia e Custódio (2019) propuseram a terminologia Língua de Sinais Portuguesa em vez de Língua Gestual Portuguesa considerando a história do português, o registo do termo *sinais* em documentos relacionados à educação de surdos datados dos séculos XIX e XX, o uso dessa nomenclatura por todas as outras línguas românicas e o fato de ser esse o termo no português do Brasil. De outro lado, não se tem conhecimento de documentos que atestem a razão da escolha do termo “gestual”, ao qual a comunidade surda reagiu com estranhamento e recusa.

Considerando que ainda não há evidências diacrônicas ou sincrônicas na esfera da investigação científica que atestem e validem o uso do vocábulo gestual, sendo esta publicação lusófona, tratando este capítulo de reflexão em torno de vocábulos das línguas visuais de Portugal e Brasil, usamos a terminologia “língua de sinais”. Essa opção assenta na nossa proposta anterior e também na escassez de dados que a invalidem. Além disso, a escrita torna-se mais fluida se nomearmos ambos os idiomas usando o mesmo adjetivo; ou, sempre que

tal não prejudique a leitura, e respeitando a instabilidade terminológica, usemos ambas as designações a par.

Depois desta brevíssima explanação sobre os termos a usar, convém esclarecer que, ao contrário do português, idioma que nos une para além do atlântico, a LSP/LGP e a Libras não são o mesmo idioma. Ambas têm percursos históricos diferentes e, portanto, concretizações distintas. Sendo dois países geograficamente tão distantes, as comunidades têm também de se acomodar ao meio em que vivem e às culturas que o enformam. Assim, como se sabe, a LGP/LSP começou nas primeiras escolas de surdos, que remontam ao ano de 1823, quando da vinda do professor sueco Per Aron Borg. Aí se reuniam surdos para aprender a ler e a escrever o idioma luso, mas aí também floresceu a LGP/LSP pelo contato entre pares e pela necessidade de estabelecer um sistema de comunicação, como a seguir podemos constatar a partir da descrição dos horários de discussão em torno dos gestos/sinais:

> A aprendizagem dos sinais dispunha de mais de duas horas. Todas as 4ª feiras e sábados entre as 11h00 e as 12h00 para proceder à regularização de novos signaes. Tratava-se de signaes captados pelos discipulos e faziam referência ao novo vocabulário ministrado pelos mestres durante a semana. (ANTT/MR/ Negócios Diversos/ “Negócios do Reino”, mç. 1922)

Assim, é da interpretação cultural e social que nascem os vocábulos visuais, bem como do contato com a língua maioritária, na sua forma oral ou escrita, ou de empréstimos de outras línguas visuais, cada vez mais recorrentes e potencializados por novas tecnologias.

1.2 A Libras, um cotejo histórico

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é reconhecida pela Lei nº 10.436/2002, contudo, até esse reconhecimento, um longo caminho se deu, com surdos sendo proibidos de usar os sinais, falta de reconhecimento da língua como

possibilidade de comunicação e interação social de surdos, e isso por um longo período de tempo.

Em 1854 foi fundado na cidade do Rio de Janeiro o Instituto Imperial de Meninos Surdos e Mudos, hoje Instituto Nacional de Educação de Surdos. Ali começou a trajetória sociocultural da língua de sinais no Brasil. D. Pedro II, a partir de um decreto imperial, constituiu o espaço para abrigar meninos surdos, o que consequentemente impulsionou o uso de uma forma de comunicação mais estruturada, que posteriormente seria chamada de Libras. Uma língua baseada na estrutura espaço-temporal, em que seus usuários utilizam as mãos para estabelecer comunicação.

De acordo com Campos (2017), no Amapá a Libras teve seu espaço inicial nos idos de 1974, numa das primeiras escolas de Educação Especial, como chamavam na época, pois nela muitos surdos passaram a se concentrar, uma vez que se tornaram alunos e corriqueiramente encontravam-se nos corredores, por isso as interações eram constantes, incentivando e fortalecendo o uso da língua.

Além das diferenças, a LSP/LGP e a Libras têm também propriedades comuns pela modalidade que as caracteriza e pelo fato de a comunidade surda mundial ter entornos comuns, tais como a opressão, o oralismo, a feição minoritária e a extrema capacidade visual de interpretar o mundo. Dessa forma, esses idiomas, distintos, têm fatores em comum, tais como a interferência do português na construção de signos gestuais, o recurso a estruturas classificadoras, isto é, que predicam algo sobre o referente extralinguístico que representam, a diversidade linguística e a instabilidade lexical.

No caso do Brasil, pela sua extensão e densidade populacional, a diversidade é significativa, e também por isso nos atemos neste capítulo a uma variedade dialetal específica. Já no que diz respeito a Portugal, ainda que haja variação dialetal consistente, pela dimensão territorial e da comunidade, é mais simples selecionar vocábulos estáveis e comuns no país. Todavia, tal como noutras

comunidades linguísticas, a LGP/LSP carece de um registo formal dos signos usados, o que, até em léxico frequente e ativo, pode provocar hesitações sobre a execução do significante.

Essas duas línguas têm igualmente processos morfossintáticos comuns que importa referir no âmbito deste capítulo. Referimo-nos à marcação de gênero, ou seja, a LSP/LGP e a Libras são sistemas de gênero natural (Corbett, 1991), marcando apenas o feminino nos referentes animados e correlatos. Os processos que regem o número são também semelhantes, destacando-se o uso de quantificador e a repetição do afixo movimento (Correia, 2020). A marcação de tempo, aspecto, modo, pessoa e número também se socorre de marcadores semelhantes, havendo distinções nos marcadores não manuais, mas muitas aproximações nas locuções verbais, com recurso a advérbios e outros marcadores temporais. A organização sintática também é parecida, verificando-se, atualmente, em ambas as línguas interferências da sintaxe do português.

Em suma, o que distingue os idiomas centra-se no léxico e na representação visual dos referentes extralinguísticos, sendo os processos de organização similares. Por isso, e com o intuito de perceber as marcas diacrônicas nos idiomas, a impressão cultural na constituição do léxico, propomo-nos a observar sinais lexicais, logo, *a priori*, distintos, mas assentes num processo comum, a iconicidade, ou seja, a representação linguística do referente com base na sua forma, tamanho, disposição, ação e propósito (instrumentalização). Para isso, escolhemos referentes comuns aos dois países e procuramos aferir se as águas do Atlântico permitem que os signos gestuais de ambos os idiomas se distanciem ou se aproximem.

2 - Metodologia

O presente trabalho se assenta numa metodologia de investigação que tem como ponto de partida a seguinte questão: quais são as aproximações e os distanciamentos entre a Língua de Sinais Portuguesa e a Libras no estado do Amapá?

Numa primeira fase, pretendeu-se estudar um corpus linguístico constituído por léxico comum, concreto, contável, do campo lexical *fruta.* A escolha desse tema específico relaciona-se com a hipótese colocada de que, pela natureza de representarem frutos, referentes com formatos próprios e cores distintas, os sinais poderiam apresentar algum tipo de relação icônica com o referente e, consequentemente, maior visualidade e semelhança. Assim, foram selecionados alguns sinais que representassem frutos que existissem em ambos os países, Portugal e Brasil, e fossem consumidos pelos habitantes, nomeadamente: banana, laranja e maçã. E outra categoria de frutos provavelmente mais consumidos no Brasil, mas que, ainda assim, também o são em Portugal, a saber: abacaxi/ananás[4], manga, papaia, mamão e açaí. Essa escolha se deu pela possibilidade de assim sermos capazes de fazer uma análise comparativa entre as duas línguas de sinais.

Os sinais a serem estudados foram produzidos por dois informantes surdos, adultos, docentes de língua de sinais – um de LSP e outro de Libras – e ambos fluentes no uso da língua de sinais do seu país, tendo os dois já trabalhado com vários níveis de ensino e com diferentes públicos constituídos por surdos e ouvintes.

Assim, foi apresentado ao informante surdo uma lista em que constavam diferentes nomes de frutos e foi pedido, de forma livre, que produzisse o sinal (ou sinais) referente a cada fruto. Vale realçar que os investigadores não produziram anteriormente o sinal, de forma a não

[4] Apesar de haver diferenças entre esses dois frutos, o consumidor comum nem sempre os distingue.

influenciar aquilo que seria produzido pelo informante surdo, recorrendo apenas à datilologia do nome do fruto. Os vídeos foram capturados todos no mesmo dia e no mesmo espaço, não havendo mudanças temporais e/ou físicas que pudessem, de alguma forma, influenciar o informante. Após gravação, os investigadores procederam à análise dos sinais no sentido de apurar semelhanças e diferenças entre os gestos da LSP e da Libras. Os vídeos podem ser consultados nos seguintes links: https://youtu.be/n3gYXXpv4rc para a LSP e https://youtu.be/wArNj4nrLGQ para a Libras.

3 - Libras e LSP: aproximações e distanciamentos

A iconicidade é mais evidente nas línguas de sinais do que nas orais. Um dos motivos para tal é o fato de as LS serem línguas em que a produção dos sinais é feita com as mãos, envolvendo movimentos no espaço, o que se assume como algo mais concreto e palpável (Nunes, 2013). De certo modo, a iconicidade "[…] permite ao indivíduo traduzir a realidade em signos" (Teixeira & Cerqueira, 2016, p. 15), isto é, possibilita a representação de um referente do mundo através de um sinal cuja forma se assemelha à realidade. Todavia, é de realçar que uma língua de sinais não é apenas constituída por sinais icônicos e que os que o são apresentam, ainda assim, diferentes níveis de iconicidade, sendo alguns representativos da forma exatamente igual à realidade e outros apenas pseudoicônicos, não apresentado um grau de transparência tão evidente (Correia, 2015).

Foram analisados diversos sinais tendo por base o seu grau de iconicidade e de semelhanças entre significantes de ambas as comunidades. Assim, foi possível verificar uma aproximação através da existência de sinais usados para o mesmo referente que são extremamente semelhantes na LGP/LSP e na Libras. Exemplos disso são os sinais BANANA e MAÇÃ, como é visível em https://youtu.be/n3gYXXpv4rc e https://youtu.be/6Mwe3pTrRAU.

Taub (2000) defende que a iconicidade se reflete numa semelhança que é possível verificar entre a forma de um elemento linguístico e o seu significado. Nesse contexto, percebemos que há também uma iconicidade representada através da relação entre o fruto e uma caraterística a ele associada: a maneira como se descasca a banana e a forma como se pode comer a maçã se refletem no sinal que identifica o respetivo fruto. Assim, é possível colocar a hipótese de que esse grupo de sinais são semelhantes na LSP e na Libras devido às caraterísticas físicas que envolvem o manuseamento do fruto, isto é, os sinais que os identificam são metonímicos, uma vez que estão diretamente ligados à realidade que representam, sobressaindo uma caraterística mais evidente que assenta na forma de comer o fruto, ou seja, a iconicidade assenta na ação.

Esta análise permitiu também perceber que alguns dos sinais, apesar de icônicos, apresentam distanciamento, isto é, são sinais com motivação icônica, mas com significante distinto entre LGP/LSP e Libras. Os exemplos encontrados para a LSP foram: LARANJA, MANGA, PAPAIA e MAMÃO, como se vê aqui: https://youtu.be/n3gYXXpv4rc. E https://youtu.be/Be2dFIwgJas em Libras.

O sinal LARANJA corresponde à forma como se descasca a laranja à mão, arrancando a casca; o sinal MANGA representa a forma oval do fruto, ou pode estar relacionado com a sua textura e a forma como se come; o sinal PAPAIA representa a forma como se come o fruto, isto é, usando uma colher depois de o abrir ao meio; por último, o sinal MAMÃO tem uma primeira parte exatamente igual ao sinal PAPAIA, sendo que depois é produzido um classificador de forma que indica um tamanho maior. O sinal usado para ananás/abacaxi assenta na forma do referente.

Considerando agora os mesmos exemplos em Libras (https://youtu.be/AneOmuBhc8U), verifica-se que o sinal de LARANJA é o mesmo sinal para SÁBADO: a

mão fechada fazendo um movimento de amassar o fruto na direção do queixo do sinalizante. O sinal de MANGA, a mão em M tocando o queixo na horizontal, fazendo uma menção a como o caroço fica após a retirada da massa da manga. Já o sinal de MAMÃO representa a forma como se come o fruto, exatamente igual o sinal de PAPAIA em LSP; o sinal de PAPAIA, que no Brasil em alguns lugares se chama mamão também, não tendo nenhuma diferença, em Libras se constitui de forma icônica na forma do fruto, que é maior e mais oval, então as mãos se juntam em forma oval e se afastam, formando no espaço o desenho do fruto. Já o sinal de ABACAXI em Libras faz referência à forma como se descasca a fruta para então ser consumida.

Assim, mais uma vez, a representação dos referentes ocorre através de significantes que reproduzem a forma do fruto e a maneira de o comer. Na sua maioria, o sinal é composto por um classificador de forma e uma forma verbal que indica a maneira de comer, assente no agente, ou o sinal em si representa a ação de comer a fruta ou de a preparar para esse efeito.

Deixamos para último lugar o sinal que representa AÇAÍ. Como se verifica, esse significante ainda não está estável em LGP/LSP, pois, supomos, o consumo desse fruto ainda é recente em Portugal. O nosso informante refere que o sinal usado aqui é um empréstimo da Libras, o que se confirma neste trabalho. Além disso, a Libras, na variedade por nós estudada, tem até mais do que um sinal para esse significado, uma vez que é um fruto muito comum na região e consumido em diversos formatos, desde suco até farinha, entre outros. Por isso, a história desse sinal é muito interessante e faz uma grande conexão com a cultura local, ribeirinha, ou seja, de pessoas que moram nas margens dos rios na região Amazônica.

Para retirar o açaí do fruto, depois de retirado da árvore e dos seus ramos ou cachos, é comum nessas regiões, que em sua maioria não dispõem de energia elétrica, colocá-lo submerso em água a mais de 100ºC, para que a massa se solte do caroço. Depois, é colocado

numa espécie de crivo, feito de palha, conhecimento e técnica adquirida secularmente com os indígenas. Nela os caroços são amassados, acrescentando-se pouco a pouco água. O açaí então é retirado como uma espécie de vinho grosso, portanto, quem está manuseando faz movimentos circulares com a peneira para que o líquido desça no recipiente que está logo abaixo. Com isso, o sinal ficou iconicamente ligado a esse movimento das mãos, abertas uma próxima da outra, movimentando-se em círculos.

De acordo com Gomes (2012), a sociolinguística interacional é um campo de estudo que possibilita o diálogo entre a linguística, a sociologia e a antropologia, ou seja, estabelece um diálogo entre linguagem, cultura e cognição, sendo possível perceber no sinal de AÇAÍ em Libras um constante diálogo entre a cultura ribeirinha, as interações sociais e a linguagem de forma mais ampla.

Como anteriormente já indicamos, os sinais de BANANA e MAÇÃ são similares, apontam para a ação de descascar/comer o fruto em ambos os idiomas, apenas a configuração de mãos se altera, sem, a nosso ver, significado distintivo que revele uma base etimológica distinta. O sinal de MAÇÃ na Libras parece reproduzir não só a forma de comer o fruto, mas a ação de o colher da árvore, o que pode ser condizente com o meio natural envolvente e evidenciar um conservadorismo linguístico maior, uma vez que, por um lado, o sinal é composto, e a redução costuma acompanhar a modernização linguística, e por outro retém um costume já não tão evidente nos dias de hoje que é apanhar e comer o fruto.

Já o sinal de LARANJA, ainda que muito distinto em termos de significantes, tem também em sua base uma ação: descascar na LGP/LSP; espremer na Libras. Algo similar se pode dizer para os sinais de MAMÃO, que em ambas as línguas assentam na forma de comer o fruto. O sinal de MANGA na Libras é o mais arbitrário, pois, ao que parece, a sua concretização não se baseia nem na forma, nem em ação alguma. Importa saber a história da criação

e evolução desse sinal para apontarmos hipóteses mais assertivas além da que aqui aduzimos.

O sinal de manga em Libras, de acordo com nossa interlocutora, não tem motivação conhecida, o que não é surpreendente, pois a maioria dos surdos desconhece a história e etimologia dos sinais. Contudo, ela mesma, ao ser interpelada, foi buscar informações acerca do sinal com outras professoras surdas. Nisso ficamos com mais uma hipótese, a de que o sinal teria sido criado tendo em vista como o caroço da fruta fica depois de consumida, ou seja, sem a massa, fica ressecado, geralmente na posição horizontal, bem fino. Mas ainda há a possibilidade de se ter considerado que, em janeiro e fevereiro, quando temos o chamado inverno amazônico e as chuvas são muito intensas, é comum as mangueiras ficarem carregadas de frutos, que, ao amadurecerem, caem em grandes quantidades e vão solidificando no chão na posição horizontal.

No seu trabalho, Frydrych (2012) questiona por que a iconicidade não é idêntica em todas as línguas de sinais, isto é, por que razão a relação sinal-referente se produz de forma distinta em línguas de sinais diferentes. Nesta pesquisa confirmamos que tal acontece, e a hipótese para esses distanciamentos é fundamentada por Taub (2001), que afirma que existem diferentes possibilidades de representações icônicas para um único referente. A autora detalha essa ideia referindo que um sinal pode representar diferentes partes de um referente ou usar perspectivas distintas. Nesse sentido, verificamos que tal acontece com os sinais da LSP e da Libras, isto é, o mesmo fruto é representado através de formas diferentes, mas que apresentam algum tipo de semelhança física com o referente em questão. Em Libras, no sinal usado em Macapá, uma das mãos fica com a configuração em M na horizontal e toca o queixo, o que, de acordo com nossa informante surda, pode ser em virtude do formato do fruto depois de consumido.

Isso acontece porque essas frutas podem, eventualmente, ter caraterísticas formais semelhantes e ser comuns em ambos os países. Dessa forma, como anteriormente dissemos, a relação entre a cultura e a identidade de cada comunidade surda é crucial na interpretação do mundo e na sua codificação linguística, sendo, porém, natural que referentes que sejam parte da cultura mundial, como a maçã e a banana, se assemelhem, e outros se distanciem, como a manga, ou só parcialmente se aproximem, como o mamão e a papaia. O açaí, como se viu, apenas tem criação cultural no Brasil, sendo para a LGP/LSO um empréstimo.

Em suma, a iconicidade e a criação de sinais com recurso à metonímia – ou seja, toma-se uma parte ou uma função do referente para se criar o sinal – é uma caraterística presente em todas as línguas de sinais, todavia, não é possível dizer que essa se manifesta de forma idêntica em todas as línguas. Tal acontece porque o processo de criação de um sinal icônico não passa apenas por uma questão de semelhança entre a forma do referente e o sinal que o representa, é algo muito mais complexo. A importância que cada comunidade de surdos atribui quer à forma do fruto quer à maneira como é ingerido é que determina a forma do sinal, e isso é algo motivado pelas experiências humanas vividas no seio dessa comunidade e que são influenciadas pela cultura inerente a esse grupo (Taub, 2001).

Conclusão

Após esta brevíssima descrição de alguns hipônimos do campo lexical da fruta, podemos retirar algumas conclusões. Uma delas é que a gênese na criação dos sinais assenta na modalidade visual da língua. A comunidade surda vê os referentes e codifica-os consoante aquilo que o seu olhar retém, o seu cérebro interpreta e o uso social que a comunidade atribui ao referente. Não é de todo nosso objetivo com este pequeno trabalho afirmar que

a LGP/LSP e a Libras são, afinal, idiomas idênticos. Se estendêssemos esta pesquisa a outras línguas de sinais, possivelmente, iríamos também encontrar semelhanças e distanciamentos. O campo lexical escolhido é comum em larga escala, ou seja, são produtos conhecidos pelas duas comunidades e com características similares. Aqueles que não o são baseiam-se no costume social de os consumir ou, em último recurso, a língua socorre-se de um empréstimo. A comunidade precisa conhecer o referente de forma continuada para que o significante que o representa faça parte do léxico comum. Seria interessante perceber se em outras línguas de sinais a ação também representa a fruta, em vez da forma, e, a ser assim, se o faz nos frutos de conhecimento geral ou em outros. Outra via de estudo pertinente seria aferir se os sinais dos frutos então menos conhecidos aqui e em Portugal, como a manga, a papaia ou o mamão, foram em tempos empréstimos da Libras ou de uma língua de sinais africana, ou se foram criados pelo costume da comunidade portuguesa de os consumir.

Ainda se faz necessário dizer que nas línguas de sinais as questões culturais são fortemente conservadas. A exemplo da história do sinal de AÇAÍ em Libras, mesmo as cidades passando por um processo natural de cosmopolitização e crescimento, o sinal guardou como referência icônica a forma ainda antiga de se fazer açaí nas comunidades ribeirinhas do Amapá e do Pará. O que reforça as questões sociolinguísticas das línguas, que sempre estão entrelaçadas nas estruturas de quaisquer línguas e jamais podem ser deixadas de lado numa análise.

Referências

Campos, R. M. R (2017). *Ecos do Silêncio:* culturas e trajetórias de Surdos em Macapá. Doutorado, Unifap, Macapá.

Carvalho, P. V. (2007). *Breve História dos Surdos em Portugal .* Lisboa: Surd'Universo.

Corbett, G. (1991). *Gender.* Cambridge: Cambridge University Press.

Correia, I. (2015). Línguas e Linguagens. Língua Gestual Portuguesa e Português. *Exedra: Revista Científica*, Número temático – Educação Especial: contributos para a intervenção, pp. 100-108.

Correia, I. (2020). O Parâmetro Movimento na L+ingua de Sinais Portuguesa. *Dedica: Revista de Educação e Humanidades, 20*, 41-56.

Correia, I., & Custódio, P. (2019). Do Gesto ao Sinal: reflexões sobre terminologia linguística. In I. Correia, P. Custódio, & R. Campos, *Línguas de Sinais. Cultura, Educação, Identidade* (pp. 59-74). Lisboa: Sítio do Livro.

Frydrych, L. (2012). Rediscutindo as noções de arbitrariedade e iconicidade: implicações para o estatuto linguístico das línguas de sinais. *ReVEL, 10*(19), 281-294.

Gomes, Y. L. (2012). Sociolinguística e o ensino de língua materna: análise das interações em sala de aula. *Anais do SIELP. 2.* Uberlândia: EDUFU.

Nunes, V. (2013). Iconicidade e corporificação em sinais de Libras: uma abordagem cognitiva. *Linguagem: Teoria, Análise e Aplicações, 7*, 245-253.

Taub, S. (2000). Iconicity in American sign language: concrete and metaphorical applications. *Spatial Cognition and Computation*, *2*, 31-50. doi: https://doi.org/10.1023/A:1011440231221

Taub, S. (2001). *Language from the body: iconicity and metaphor in american sign language.* Nova Iorque: Cambridge University Press.

Teixeira, E., & Cerqueira, I. (2016). O problema da iconicidade na eliciação de sinais caseiros. *Revista Letrando, 4*, 8-21

De Portugal à Terra de Vera Cruz: entre a Libras e a LGP - Do estatuto não pluricêntrico das línguas de sinais

Pedro Balaus Custódio[5]

> LÍNGUA é um sistema gramatical pertencente a um grupo de indivíduos. Expressão da consciência de uma colectividade, a LÍNGUA é o meio por que ela concebe o mundo que a cerca e sobre ele age. Utilização social da faculdade da linguagem, criação da sociedade, não pode ser imutável; ao contrário, tem de viver em perpétua evolução, paralela à do organismo social que a criou. (Cunha & Cintra, 2015, p. I)

Do ponto de vista linguístico, o pluricentrismo constitui uma característica generalizada em diversos contextos e territórios geolinguísticos que partilham uma língua comum, conforme notam muitos investigadores, como Clyne (1992) e Silva (2013), entre tantos outros.

Efetivamente, Clyne (1992) restaura o conceito de *pluricentrismo* linguístico já advogado por Kloss (1978). O princípio é facilmente inteligível: é possível coexistirem, para a mesma língua em diferentes espaços geográficos, mais do que uma norma.

> The term *pluricentric* was employed by Kloss (1978 II, p. 66-67) to describe languages with several interacting centres, each providing a national variety with at least some of its own (codified) norms. Pluricentric languages are both unifiers and dividers of peoples. They unify people through the use of the language and separate them through the development of national norms and indices and linguistic variables with which the speakers identify. (Clyne, 1992, p. 1)

Assim, e como se pode verificar pela aturada leitura da investigação produzida nesse domínio específico, desde

[5] Escola Superior de Educação- Politécnico de Coimbra. Contato: balaus@esec.pt

os anos 1970 que esse conceito aflora a investigação. E, no plano investigativo atual, a produção, a análise e os estudos são já quantiosos e de grande relevância para a percepção dos contornos conceituais.

Hodiernamente, podemos considerar que a produção e pesquisa sobre essa temática de grande interesse e proeminência para a linguística é prolífera, diversa e de acentuada qualidade. Batoréu e Silva (2012) e Gonçalves e Mendes (2016), entre muitos autores que nos últimos anos versaram esse tema com acuidade e rigor, provam que as pesquisas e reflexões sobre essa temática assumem grande importância no domínio da linguística.

De que falamos, pois, quando dizemos que uma língua é *pluricêntrica*? Na verdade, qualquer língua comum que apresente variedades faladas em contextos geopolíticos distintos pode ser considerada uma língua que apresenta distinções que são identificáveis, peculiares, mas que não inviabilizam a sua unidade e o seu entendimento pelas variadas comunidades linguísticas.

Oliveira (2016, p. 25-27) afirma que o Português foi uma língua monocêntrica entre os séculos XVI e XIX, passando a ter um estatuto distinto da segunda metade do XIX ao XX. O investigador apelida-a de *bicêntrica*, uma vez que os seus centros estariam bipolarizados entre Portugal e Brasil, tendo, no entanto, evoluído no século XXI para uma *língua pluricêntrica*. Como refere ainda o mesmo autor (Oliveira, 2016, p. 37), o Português metamorfoseia-se de "língua nacional de dois países para uma língua internacional, de gestão multilateral, tendência, de resto, de boa parte das grandes línguas de fonias, isto é, compartilhadas por diversos países".

Ora, independentemente dessas nuances terminológicas e que tentam descrever os trajetos diacrônicos da língua, do seu estatuto e evoluções, o certo é que, como realça Duarte (2016, p. 221),

> A dispersão geográfica dos países de língua portuguesa acarreta consigo variação, dado que origina consigo o contacto do português com outras línguas, quer as

> que eram faladas quando os portugueses chegaram aos diferentes pontos do globo onde ela hoje se fala, quer as que estão ao lado e com ela conviveram e convivem (substratos e adstratos). Assim se justifica, entre outros motivos (como, por exemplo, no caso do Brasil, as sucessivas vagas migratórias que para o país fizeram convergir, ao longo dos anos, outros povos e outras línguas), por que motivo o português tem características próprias que o individualizam nos diferentes locais onde é falado. (Duarte, 2016, p. 221)

Essa plurivocidade gera, de modo natural e contínuo, processos vários de interferência linguística com outras línguas com as quais o Português fica em direto contato. Distintas variedades, em diferente grau de formação, mas também de desenvolvimento e de fixação coexistem no mesmo espaço geográfico e na mesma comunidade linguística, de forma natural, produtiva e globalmente aceite.

Esta brevíssima e despretensiosa reflexão teórica, meramente introdutória e contextual, vai, como se depreende, contrapor com acelerada brevidade apenas e só o caso do Português, uma língua que, à semelhança de outras de raiz europeia, expandiu-se por diferentes partes do mundo, em períodos distintos da sua evolução, não apenas por via dos fenômenos expansionistas e colonizadores. Se hoje o Espanhol se fala em diferentes partes do mundo como a mesma língua, também o Holandês saiu do espaço europeu e, atravessando o Atlântico, sobrevive na África do Sul, entre muitos outros exemplos.

Ora, por maior força de razão, o Português é consabidamente hoje uma língua oficial em diferentes países, em distintas latitudes e meridianos. O Português, tal qual ele se apresenta hoje, não é, pois, uma língua de uma só voz, uma vez que a sua vitalidade impera no território europeu, mas igualmente no Brasil, em diferentes países da África, como também em Cabo Verde, ou na Ásia, entre outros territórios e continentes.

Como refere Aguiar e Silva (2007, p. 151),

> Se a língua e a cultura portuguesas não são obviamente entendíveis à margem das suas matrizes e dos seus contextos europeus, também é verdade que elas, muito em particular a língua, não podem nunca ser consideradas, entendidas e avaliadas, à margem da sua existência multissecular em terras do Oriente, em terras de África e, sobretudo, em terras do Brasil. Do fulgor solar de Quinhentos, das grandezas e misérias do Império, da aventura lusíada pelos mares e por três continentes, o que ficou como mais valioso e perdurável contributo para a humanidade? Sem sombra de dúvida, a língua portuguesa do Brasil, a língua portuguesa das ex-colónias africanas, a língua portuguesa de Machado de Assis, de Baltasar Lopes, de José Craveirinha, de Pepetela. Com as suas variações, as suas diferenças, as suas metamorfoses, em íntima articulação com as experiências vitais, as tradições, as crenças e as mundividências de cada um dos povos a que pertence, mas também com uma espantosa unidade da sua gramática profunda. Uma língua que é um inestimável instrumento de comunicação nacional e internacional, de circulação da cultura e da ciência, de entendimento político, de cooperação no ensino e nas áreas económicas.

O Português é, portanto, *pluricêntrico* porque também pluricontinental. E, na boca de quase 300 milhões de falantes por todos os meridianos do mundo, a nossa língua, língua de todos nós, sendo uma, é diversa; pertencendo a diferentes países e estados, tem normas não exatamente iguais, sem que essas naturais diferenças obstaculizem ou a tornem opaca aos ouvidos e aos olhos de outro falante da mesma língua. A sua livre circulação é, em simultâneo, uma das garantias da sua liberdade, da sua aptidão de se reinventar, de crescer e de se transformar; afinal, qualquer língua é um organismo vivo, em perpétua mutação.

É produtivo e normal existirem essas diferenças? Sem dúvida. Essa troca enriquece o Português como

língua pluricêntrica, torna-a viva, dinâmica e assegura a sua renovação e sobrevivência. Essas diferenças de uma língua que atravessou os mares e oceanos e, agora, já pertence a muitos milhões de falantes engrandece-nos como língua, aproxima-nos e une-nos, apesar da lonjura que nos separa.

Como salienta Costa (2021, p. 81),

> As línguas naturais são mais parecidas do que diferentes. Os padrões de organização das palavras em frases, das partes dos sons em fonemas, das pequenas partes que se organizam para construir palavras diferentes, são bastante uniformes. A variação está mais em aspetos superficiais da língua. A sua base biológica e cognitiva é universal.
>
> A variação linguística compara-se à variação entre rostos humanos. Podem assumir inúmeras formas, mas todos reconhecemos que características formais tem qualquer um – onde ficam o nariz, as orelhas, a boca e os olhos. Até a generalidade dos cubistas não se desviou muito destas características. Agora imagine-se que os rostos eram todos iguais, uniformes, sem variação. Que desinteressantes que seríamos. Assim é com as línguas, a partir de uma matriz biológica comum, que explica possíveis e impossíveis, as línguas desenvolveram-se ao longo da história, com características próprias e subtilezas nas diferenças de que muitas vezes não nos apercebemos.

Ora, se o Português é uma língua pluricêntrica, como refere Costa (2021, p. 81),

> A ideia de que alguma língua no mundo não apresenta variação não passa de um mito. Basta pensar em cada um de nós, enquanto falantes e pensar nos registos que usamos em diferentes contextos. Usamos a mesma entoação, as mesmas palavras quando falamos com um bebé ou quando falamos num contexto formal? Claro que não. Adequamos o registo ao contexto.

Também é verdade que existem línguas que, por razões muito distintas dessas, têm um estatuto que as remete para um plano *monocêntrico*. Estamos nos referindo, como se depreende, às línguas orais. Efetivamente, e apesar dos motivos culturais e linguísticos que fazem a história de cada uma delas, e não obstante as variedades que dentro delas coexistem e sobrevivem, *de per si*, também patenteiam no seu seio, a gênese das línguas orais afasta-se dessa natureza pluricêntrica.

Centremos, apenas a título de exemplo – por se tratar do objetivo nuclear desta breve reflexão –, na natureza da Língua Gestual Portuguesa (LGP) e na Língua Brasileira de Sinais (Libras). Ambas são línguas autônomas e veículos de expressão dentro das respetivas comunidades. Assim, as duas línguas, apesar de serem veículos de comunicação em países cuja língua nativa é a mesma – o Português –, não comungam dessa unicidade quando se perspectiva um ponto de vista e enfoque comparativo.

Ambas são, indubitavelmente, línguas visual-espaciais; possuem cada uma delas uma estrutura gramatical, cultura e identidade próprias. As duas exibem, de igual modo, um riquíssimo e vasto léxico, e cada uma delas por si só comunga também de vários traços próprios de todas as línguas orais: exibem variedades linguísticas, possuem diferentes dialetos e, claramente, encontram-se em incessante evolução como qualquer outra língua.

Como sublinha Quadros (2004, p. 47-48), “As línguas de sinais são denominadas línguas de modalidade gestual-visual (ou espaço-visual), pois a informação linguística é recebida pelos olhos e produzida pelas mãos”. Qualquer uma delas, também à semelhança de outras línguas de sinais ou orais, é passível de se descrever e analisar segundo enfoques diacrônicos, processo que ajuda a compreender não só a sua evolução como ainda o modo como esses processos foram se desenrolando em diferentes períodos da sua *história enquanto língua*.

Como relembra Correia (2009, p. 58),

> Não há uma língua gestual universal, mas sim diversas línguas gestuais, de acordo com as comunidades que as utilizam. Assim, percebe-se que obedece ao critério de arbitrariedade, sendo um mesmo conceito expresso de formas distintas, não havendo relação directa entre o objecto e a sua representação linguística. Contudo, não podemos esquecer que estamos perante uma língua espacio-visual onde a representação do mundo se faz através do gesto descodificado pela visão. Desta forma, é possível que, por vezes, sobretudo devido a motivações histórico-sociais que estiveram na base da criação do gesto, haja um grau de iconicidade entre a palavra e aquilo que esta representa.

Assim sendo, cada língua de sinais tem uma identidade própria, não apenas do ponto de vista linguístico, mas também histórico, cultural, evolutivo, ainda que algumas delas se filiem historicamente à mesma raiz ou influência matricial. Essas línguas são, efetivamente, dotadas de características próprias que, apesar de manterem entre si categorias gramaticais comuns – outra coisa não seria de esperar –, assumem aspetos que, do ponto de vista estritamente linguístico, são diversos, originais, únicos.

Também muito naturalmente, cada uma se rege por uma convencionalidade de signos definidos de acordo com um vasto conjunto de regras, mas também de variáveis, sobretudo emanadas a partir da arbitrariedade que as comunidades linguísticas lhes atribuem, mas também à semelhança de todas as outras línguas. E, como acentua a mesma investigadora, "as línguas gestuais reflectem a capacidade criadora das línguas humanas, visto que novos vocábulos vão surgindo à medida que a necessidade de exprimir conceitos e novas realidades se impõem" (Correia, 2009, p. 59).

Consabidamente, esta brevíssima reflexão não visa estabelecer as semelhanças ou as distinções entre as línguas orais, nesse caso o Português e a Libras e/

ou a LGP. Todavia, importa referir, no âmbito do objetivo maior deste capítulo, que serve de *incipit* a vários estudos sobre ambas, que elas também são tributárias de todas as mudanças sociais e culturais; ou seja, os mecanismos de produção e de evolução que as movem são comuns às línguas de matriz oral. As mutações sociais pelas quais passam são marcas indeléveis da sua história e do seu crescimento.

Diferentes entre si, mantêm também características lexicais, morfológicas, sintáticas e semânticas distintas, mas sempre produtivas. Todas elas sofrem empréstimos, contaminações, variedades dialetais, socioletais, idioletais e diafásicas, patenteando alterações dinâmicas, criativas e ininterruptas. É essa, aliás, a dinâmica comum a todas as línguas.

Ora, apesar de muitos dos processos linguísticos serem comuns às línguas orais, a natureza específica de cada uma não lhes confere propriedades pluricêntricas. Por outras palavras, dois usuários, um português e um brasileiro, que não conheçam as respectivas línguas não conseguirão utilizar uma plataforma de intercompreensão mútua entre LGP e Libras.

Zeshan (2006) afirma que as línguas de sinais da Nova Zelândia e da Austrália têm fortes semelhanças com a BSL (British Sign Language), o que se explica também pelo contexto colonial histórico. Ele arrisca até a chamar-lhes dialetos. O mesmo sucede com outras línguas de sinais que encontram similitudes entre si, e que até permitem um determinado grau de compreensão e inteligibilidade, mas não se pode considerar, de modo seguro, que sejam iguais. Como conclui o mesmo autor:

> However, the situation is usually not so clear-cut. In most cases, it is impossible to determine whether similarities between two sign languages are the result of a genetic relationship or the result of language contact. Instead of the ‘pure’ kind of family tree relationship, a more common type of relationship be- tween two sign languages involves various kinds of language contact

> situations, language mixing, and creolization. For example, American Sign Language is said to have arisen in a creolization process, where Old French Sign Language came in contact with indigenous sign varieties, resulting in a new language with input from both of these sources. This kind of relationship cannot be considered genetic in the usual sense of the term. (Zeshan, 2006, p. 361)

Assim, e perante a impossibilidade de filiarmos ambas a línguas a mesma história e a um mesmo percurso – que são, a todos os títulos, inteiramente distintos –, nunca poderemos afirmar que as duas comungam desse traço pluricêntrico. Na verdade, essa questão tornar-se-á translúcida sobretudo se considerarmos a evolução das línguas de sinais.

Por conseguinte, a Libras e a LGP muito dificilmente poderiam ser consideradas pluricêntricas. A gênese, a evolução histórica de cada uma delas retira-lhes essa característica e capacidade.

As diferentes escolas de educação de surdos e as suas distintas filiações e filogenia linguística, também o fato de possuírem um estatuto minoritário, conferem-lhes essa (im)possibilidade. Mas as razões não se quedam apenas por aqui. O cotejo desses motivos não é, de todo, um objetivo central desta brevíssima introdução, mas talvez conviria ainda aditar um outro juízo de cariz significativo e de relevante peso: cada uma das línguas de sinais tem um estatuto político, à semelhança de qualquer outra língua. Por isso mesmo, e nesse item em particular, as suas fragilidades e tibiezas são mais notórias, a capacidade de afirmação, em termos de política linguística, são consabidamente mais vacilantes.

Um outro motivo advém também do fato de, sob um ponto de vista convencional, serem línguas naturalmente mais jovens e imaturas em comparação com as línguas orais, e por isso carecem de uma estabilidade e de uma estruturação gramatical mais vincada.

Por último, importa ainda ressaltar que essas línguas vivem da sua iconicidade, logo, a relação de visualidade plástica de cada uma subordina-se muito mais a cada comunidade e está sujeita a variações mais marcadas e, em determinadas áreas, a inconsistências e alternâncias. Por outras palavras, o seu grau de variabilidade é notoriamente mais acentuado do que nas línguas orais.

Cada comunidade linguística, seja em Libras, seja em LGP, está sujeita a alterações e interferências nos planos da interpretação que fazem dos referentes. Um exemplo, entre os inúmeros que poderíamos citar a esse propósito, encontra-se em sinais tão comuns como o de gato, enquanto animal: em LGP a expressão manual está plasticamente expressa na garra típica desse felino e no fato de arranhar, porém em outras línguas de sinais a característica do animal que sobressai na sua expressão manual são os bigodes. Ora, essa variação não permite considerar que entre ambas as línguas a aproximação seja realizada pela mesma motivação visual, embora o gato comungue de ambos os atributos.

É comumente aceite que existem, com grande grau de probabilidade, mais de três centenas de línguas de sinais em todo o mundo. Cada uma dessas línguas é, por si só, e não obstante vários traços em comum, uma língua própria, com uma identidade definida, e que não possibilita a intercompreensão. Apesar de algumas delas terem eventualmente a mesma raiz, elas refletem a cultura, a identidade, a marca-d'água própria de cada comunidade linguística que as usa e as faz crescer e valorizar. O progresso de cada uma não é linear, não obedece a um critério comum, e cada uma segue um percurso cujas linhas evolucionarias não se cruzam e não acompanham o mesmo ritmo ou friso cronológico.

Se a Libras, por exemplo, considera-se tributária da língua francesa de sinais, a LGP teria sido influenciada pela língua de sinais sueca. Assim, se nos abstrairmos desses perfis e percursos evolutivos, o fato é que também poderemos encontrar esse traço nas línguas orais como

sendo comum. Na verdade, e mesmo dentro desse campo de influências, as diferenças são claramente mais significativas e, incomparavelmente, mais gritantes, a ponto de não podermos agregá-las com facilidade numa mesma família de línguas, tal qual fazemos com grande parte das línguas orais.

Existem sinais iguais e/ou idênticos entre elas? Certamente sim. Mas são exceções, não a regra, e, para mais, não têm o mesmo significado. E, mesmo dentro de cada uma, do ponto de vista individual e orgânico, há diferenças e variedades internas.

A encerrar, podemos assim concluir que cada uma dessas línguas de sinais, afastadas por um oceano extenso e profundo, mantém de cada lado do Atlântico uma identidade própria. A Libras e a LGP seguem percursos exclusivos, são marcadamente heterogêneas, não apenas no espaço onde circulam e se instituem como línguas individuais, mas ainda na riqueza que lhes advém dos seus percursos e diversidades sociais, históricas e culturais.

Ambas caminham para um futuro cujos cruzamentos não se intersetam. Longe de assumirem um estatuto pluricêntrico, cada uma orbita um epicentro próprio. E, apesar das diferenças naturais e legítimas que ocorrem dentro de cada uma, não apenas distanciam-se porque o seu destino é afastarem-se enquanto línguas autônomas, como, no presente caso, estão realmente apartadas por um oceano que, embora as banhe sob muitíssimos aspetos culturais e históricos, distanciam-nas enquanto línguas cujas comunidades de usuários são distintas e culturalmente propensas a variedades exclusivas.

Referências

Aguiar e Silva, V. M. (2010). *As humanidades, os estudos culturais, o ensino da Literatura e a política de língua portuguesa*. Coimbra: Almedina.

Baptista, F. P. (Org.) (2007). *Vítor Aguiar e Silva: a poética cintilação da palavra, da sabedoria e do exemplo*. Viseu: Governo Civil do Distrito de Viseu.

Batóreo, H., & Casadinho, M. (2009). O Português – uma língua pluricêntrica: O caso de Timor-Leste. *Revista Portuguesa. Estudos Linguísticos*, *13*(1), 63-79.

Batóreo, H., & Silva, A. S. (2012). Estudar o português como língua pluricêntrica no enquadramento da Linguística Cognitiva com foco nas variedades nacionais do PE e PB. In R. Teixeira e Silva, Q. Yan, M. A. Espadinha, & A. V. Leal (Eds.). *III SIMELP: a formação de novas gerações de falantes de português no mundo*. China, Macau: Universidade de Macau.

Brito, R. P. de (2015). À mistura estão as pessoas: lusofonia, política linguística e internacionalização. In M. L. Martins (Coord.). *Lusofonia e Interculturalidade – Promessa e Travessia*. Famalicão: Húmus/Universidade do Minho.

Chicuna, A. M., & Conceição, M. C. (Eds.) (2021). Ensino da Língua Portuguesa: casos e projetos. *Revista Internacional em Língua Portuguesa,* IV Série, *39*.

Clyne, M. (Ed.). (1992). *Pluricentric Languages*: differing norms in different nations. Berlin, New York: Mountoun de Gruyter.

Correia, I. (2009). O parâmetro expressão na Língua Gestual Portuguesa: Unidade suprassegmental. *EXEDRA* - Revista Científica da Escola Superior de Educação de Coimbra*,* 57-68.

Costa, J. (2021). A língua pluricêntrica de um canhoto que vos escreve. *Palavras em linha, 4*, 81.

Cunha, C., & Cintra, L. (2015). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.

Duarte, I. M. (2016). Português, língua pluricêntrica: que português ensinar em aulas de língua estrangeira? In C. A. B. de Andrade; G. Micheletti, & I. R. Seara (Orgs.). *Memória, Discurso e Tecnologia*. São Paulo: Terracota Editora.

Kloss, H. (1978). *Die Entwicklung neuer Germanischer Kultursprachen seit 1800*. Düsseldorf: Schwann.

Mendes, E. (2016). Pluricentrismo linguístico, ensino e produção de materiais de Português LE no PPPLE. In Am L. O. Alvarez, & L. Gonçalves (Orgs.). *O Mundo do Português e o Português no Mundo Afora*: especificidades, implicações e ações. Campinas/São Paulo: Pontes.

Muhr, R. (Ed.) (2012). *Non-dominant Varieties of pluricentric Languages. Getting the Picture. In memory of Michael Clyne*. Frankfurt/Wien: Peter Lang Verlag.

Oliveira, G. M. (2016). O sistema de normas e a evolução demolinguística da língua portuguesa. In M. L. A. Ortiz, & L. Gonçalves (Orgs.). *O mundo do português e o português no mundo afora: especificidades, implicações e ações*. Campinas: Pontes.

Quadros, R. M.; Karnopp, L. B. (2004). *Língua de Sinais Brasileira:* estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed.

Silva, Augusto Soares da (Ed.) (2013). *Pluricentricity*: Language Variation and Sociocognitive Dimensions. New York: De Gruyter.

Zeshan, Ulrike (2006). Sign language of the world. In K. Brown (Ed.). *Encyclopedia of language and linguistics,* Vol.11, pp. 358-365. Amsterdam: Elsevier.

Libras no Terreiro: processos de criação de sinais no candomblé Jeje Savalu

Isabel Sofia Calvário Correia[6]
Ronaldo Manassés Rodrigues Campos[7]

1 - Introdução

Neste capítulo pretende-se fazer uma descrição linguística dos sinais propostos considerando os seus processos de criação. Considerando que se trata de terminologia da esfera do religioso, esses termos não fazem parte do léxico comum, sendo, por isso, criados em grupo de acordo com os saberes de cada um dos intervenientes. Assim, há a considerar diversas variáveis quando da observação dos sinais, tais como o respeito pela natureza visual da língua ou o recurso a outros processos para criação do sinal; a ligação entre o sinal e a cultura Surda; a conexão entre o termo proposto e o significado religioso; a relação entre o termo e a cultura de ambas as comunidades, a comunidade Surda e a comunidade religiosa.

Para isso, começamos por resumir de forma muito breve o que se entende por candomblé e, em concreto por uma de suas nações, a Jeje Savalu. Posteriormente, será feita uma também brevíssima descrição da Libras, para posteriormente descrevermos os sinais e discutirmos os resultados desse processo de criação.

Este trabalho surge como resultado primeiro do projeto de pesquisa chamado Criação de Sinais em Libras para o candomblé, que tem como objetivo a criação de sinais em Libras para o candomblé na Nação Jeje Savalú. É importante fazer essa demarcação, pois existem outros projetos como esse no Brasil, contudo ligados a nações distintas, uma vez que o candomblé assim se organiza,

[6] Instituto Politécnico de Coimbra, Escola Superior de Educação. Contato: icorreia@esec.pt
[7] Universidade Federal do Estado do Amapá. Contato: r.manasses@unifap.br

por nações, de modo que posteriormente daremos o detalhamento necessário.

O projeto se assenta no diálogo entre religião e a língua de sinais, que é quase inexistente. Uma das maiores surpresas e, por que não dizer, tristezas ao dialogar numa palestra sobre a relação entre surdos e a religião foi uma pessoa surda fazer o sinal em Libras para o candomblé usando o mesmo sinal empregado para diabo. A estranheza motivou-nos a aprofundar a pesquisa e, portanto, criar sinais específicos que demonstrassem não só a grandiosidade dessa religião, mas também possibilitassem a diminuição do preconceito, da perseguição e ainda do tão estruturado discurso de ódio que as neopentecostais, em sua maioria, solidificam, disseminam e tentam a todo custo impor como verdade sobre todas as religiões afro-brasileiras e afromatriciais, como o Candomblé, Tambor de Mina, Umbanda, Terecô e tantas outras.

2 - Candomblé: religião ancestral e plural

Segundo Moreno Neto (2017, p. 27),

> [...] o termo candomblé é comumente utilizado para designar os grupos religiosos caraterizados por um sistema de crenças em divindades afro-brasileiras chamadas de inquices, orixás ou voduns, associadas ao fenômeno da possessão, sistema oracular divinatório e práticas de cura.

O mesmo autor acrescenta que o candomblé não pode ser encarado como algo unívoco, uma vez que se ramifica em várias nações, que se alicerçam na forma de cultuar de onde vieram. Assim, essa religião de diáspora organiza-se de forma grupal consoante a área geográfica de África de onde provieram os escravos que a trouxeram para terras brasileiras.

Na realidade, o termo candomblé pode ser traduzido de forma literal como “dança”, “batuque”, devido aos instrumentos de percussão que os escravos usavam

nas sanzalas nos momentos em que se reuniam para cultuar essas divindades arraigadas na natureza (Kileuy & Oxaguiã, 2009). Todavia, nos nossos dias, candomblé, ainda que mantendo nos seus cultos o poderoso som dos atabaques que invoca as divindades da Natureza, inquices, orixás, voduns, é mais do que isso. É uma forma de cultuar o divino que mescla tradições africanas ancestrais com tradições brasileiras e, até de forma sincrética, com rituais do catolicismo.

Sendo uma religião de escravos colonizados pelos europeus católicos, seria certo que não poderiam praticar a sua religião de forma livre. Contudo, arranjaram forma de continuar suas crenças e rituais, quer nas reuniões anteriormente mencionadas, quer renomeando as suas divindades atribuindo-lhes nomes de santos católicos. Por trás de uma imagem da Santa Bárbara estava Iansã, noutra imagem de São Sebastião estava Oxóssi, divindades Ioruba, cultuadas sob esses ou outros nomes nas nações Ioruba e Fon. Ainda hoje no léxico português se vê algum sincretismo, como atestam expressões como mãe ou pai de santo.

A partir do século XVI até o século XIX aportaram no Brasil escravos provenientes dos atuais territórios de Angola, Moçambique, Congo, Nigéria e Benim. Os bantu vieram das duas primeiras regiões mencionadas, os Ioruba das seguintes e, por fim, os fon de Benim (Kileuy & Oxaguiã, 2009). Essas foram as três nações que mais raízes religiosas deixaram no Brasil: "[...] a nação bantu trouxe os seus inquices e bacurus; a nação Ioruba chegou com seus orixás e ancestralidade; e a nação fon com seus voduns" (Kileuy & Oxaguiã, 2009, p. 35). Conforme adiantam os autores citados, essas divindades têm semelhanças e diferenças, pois enquadram-se nos cultos locais, tendo, porém, como propósito único "ajudar o ser humano a ser mais feliz" (Kileuy & Oxaguiã, 2009, p. 35).

Hoje em dia o termo nação perdeu o seu cariz geográfico e passa a ter um matiz teológico, nação passou a ser o terreiro onde decorrem os cultos e os rituais (Moreno

Neto, 2017). Acrescentamos que cada vez mais se procura unir essas nações, de forma ecumênica e respeitadora, para que as religiões de matriz africana se tornem unas e percam o estigma que ainda as marca como inferiores ou conotadas com o mal.

De fato, tal como Pierre Verger, antropólogo francês que estudou a fundo o candomblé, o nosso olhar de observadores e os estudos que vamos fazendo mostram que esses cultos são arraigados na terra, na natureza, no respeito pela diversidade e no fluir de energias. Todavia, talvez por serem religiões de transmissão oral, o interdito é algo muito vincado. Nem todos os rituais são dados a conhecer a todos, mas devem ser, sim, aprendidos por quem deseja conhecer e participar da religião. Para ser candomblecista o indivíduo tem de ter a noção de família, de casa e de aceitação de rituais iniciáticos e de crescimento espiritual que colocam o crente cada vez mais em contato com o guardião de seu orí (cabeça).

Por esse motivo, e também pelo espaço e objetivos deste estudo, centramo-nos numa casa que tem como teto a nação fon, a casa Jeje Savalu. Cabe notar que o termo "jeje (adjejí) origina-se da língua ioruba e significa forasteiro, estrangeiro […] no Brasil jeje é o candomblé formado pelos povos fon" (Kileuy & Oxaguiã, 2009, p. 36). Moreno Neto (2017) acrescenta ainda em nota que o termo Jeje teria surgido no Brasil a partir do século XVIII e que a ele se sucede o nome da região de onde provinham os seus praticantes, como Jeje Mahi, Jeje Dagomé, Jeje Savalu. Um dos elementos diferenciadores dessas nações assenta na língua de culto de cada uma, no caso em apreço, o fon. Na verdade, com o devir temporal e o contato entre várias nações, muitas vezes, a pureza linguística não é observada, havendo, tanto quanto nos é dado ver, alguma prevalência da língua ioruba ou uma mescla de idiomas.

Acresce-se que a esses cultos se juntaram outros autóctones, como o Tambor de Mina. Essa é uma religião também de matriz africana, assim como o candomblé, e que se popularizou em muitos estados brasileiros. Contudo,

diferentemente do candomblé, que diviniza as energias da natureza, os Orixás, Voduns e Nkincis, aqui o culto se dá em torno dos chamados encantados. Figuras míticas que para alguns viveram na Terra em dado momento histórico e literalmente se encantaram, ou seja, seu corpo e espírito passaram por um processo de transcendência, uma elevação, desaparecendo sem deixar rastros, e isso teria ocorrido em vários espaços, na floresta, nos rios, no mar, nas praias... E a partir desses lugares de encantamento se dá a trajetória das famílias de encantados, sim, são assim nominados e constituídos. Trazendo para a religião então o que chamam de famílias de encantados ou caboclos.

Diferentemente do que se verifica no candomblé, os seus festejos são cheios, não só os filhos e as filhas da casa participam, também vão pessoas que acompanham esses encantados, seja como clientes ou como simpatizantes, ou ainda por terem alcançado alguma graça e a partir de então tornam-se fiéis seguidores. As festas são regadas a bebidas como cerveja e cachaça e marcadas pelo toque cadenciado dos três tambores; as roupas sempre são muito coloridas, estampadas, dando indicativo de qual família de encantados será homenageada na festa. Os tambores são usados para invocar os encantados, de acordo com sua família, Turquia, de Bandeira, Boiadeiros, alguns dos quais imensamente conhecidos não só nos terreiros como pelas comunidades locais, tais como Cabocla Mariana ou Rei Sebastião (Campos, 2019).

O candomblé, fiel respeitador da natureza, prima por ser uma religião inclusiva, não havendo, como noutras, a recusa de orientações sexuais diversas ou o apanágio de dicotomias excludentes que dividem a espiritualidade entre o mal e o bem. Assim, sendo uma religião que se pretende inclusiva, é pertinente que seja dada a conhecer a uma comunidade que não escuta, mas sente os sons do atabaque: a comunidade Surda.

Considerando que um dos pesquisadores é adepto do candomblé, pertencendo a uma casa Jeje Savalu, restringimos o projeto de intervenção linguística a uma

casa, em Santa Bárbara do Pará. Essa é chamada em língua fon Ederé Aho Salá, que significa Casa de Ederê, esse é o Vodun, segundo a mitologia africana, filho de Otolú e de Azili, ou de maneira mais conhecida Oxóssi e Oxum, respectivamente as divindades da caça e das águas doces. É denominada dessa maneira por ser o sacerdote da casa, Pai Omineram, filho desse Vodun. E, desde o início do trabalho que deu origem aos sinais, Pai Omineram foi muito solícito e permitiu que a pesquisa fosse realizada em sua casa. Mesmo não conhecendo língua de sinais, percebeu a importância e a necessidade de um projeto daquela natureza, e só reafirmou a nós pesquisadores a percepção de que o candomblé é uma religião inclusiva e acolhedora.

Pai Omineram ou Doté Omineram, como é chamado dentro do terreiro, pois faz referência ao cargo hierárquico que detém na religião. Faremos essa digressão para contar um pouco de sua trajetória, porque ela se confunde com a história do terreiro em Santa Bárbara do Pará. Ele chegou a Belém ainda com 18 anos, em meados de 1976, mas, mesmo com pouca idade, já inaugurara seu primeiro terreiro, ainda na Cidade Nova, bairro da região metropolitana de Belém. Anos depois, em 2011, conheceu a mãe de santo Antônia de Onirê, que era a mãe de santo no terreiro em Santa Bárbara, que o convidou a juntar-se a ela e ser o sacerdote da casa. Tempos depois ela falece, e Pai Omineram e Mãe Raimunda Valois, chamada carinhosamente por todos de “mãezinha”, assumem a liderança da casa, até os dias atuais.

Pai Omineram já conta com mais de 200 filhos e filhas iniciados no candomblé e Tambor de Mina, pois a casa cultua as duas vertentes religiosas, e em 2022 fará 49 anos de existência. Hoje uma casa muito conhecida e respeitada, não só na cidade, mas em todo o estado do Pará. Os festejos que Pai Omineram organiza, seja para sua encantada, Mãe Ita ou alguma obrigação no candomblé, sempre arrebatam centenas de pessoas.

2.1 O Sagrado em Libras

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é o idioma da comunidade Surda brasileira. Como facilmente se compreende, pela dimensão geográfica deste país, esse idioma tem diversas variedades dialetais, pelo que é imperioso delimitar o nosso estudo a uma delas, que, como dissemos anteriormente, é a língua utilizada pela comunidade Surda de Macapá. Todavia, apesar das inúmeras diferenças que se veem nos sinais, essas são de ordem lexical, e não estrutural. Assim, podemos afirmar que a Libras é um idioma de modalidade visual cujos significantes se dividem em cinco unidades mínimas fundamentais que enformam os sinais: configuração de mão; orientação de mão; movimento de mão; localização de mão; expressão não manual (Quadros & Karnopp, 2004).

Os sinais formados têm como base principal a interpretação visual e conceptual que os Surdos fazem dos referentes, ou seja, muitos dos termos assentam na iconicidade, isto é, revelam semelhanças entre o representado e o representante. Por isso, existem estruturas muito produtivas, nessa e em outras línguas de sinais, denominadas de classificadores, ou seja, estruturas linguísticas que representam ações, tamanhos, formas ou interpretações semânticas dos referentes (Suppalla, 1982). Os classificadores verbais variam consoante os argumentos do verbo, o sujeito e/ou o complemento direto. Assim, o verbo “comer” pode variar de configuração de mão, movimento e outros parâmetros se o sujeito (agente) for um animal. Da mesma forma, o que se come, o objeto direto, pode também determinar o especificador usado. Os classificadores são na sua maioria estruturas verbais, com movimento que indica algum tipo de ação.

Como a seguir se verá, muitos dos sinais propostos são compostos por dois ou mais sinais. Todavia, na sua maioria, não são compostos por dois sinais íntegros, ou seja, não são um composto morfossintático ou

morfológico, uma vez que os dois sinais usados não são autônomos. Existem muitos casos em que ao sinal lexical se sucede um especificador, podendo, nesses casos, e como já defendemos em outro trabalho (Correia, 2014), ser considerado sinal derivado. Assim, teríamos um nome seguido de um especificador que fora desse contexto não tem significado lexical, apenas gramatical. Por exemplo, como veremos mais à frente, sinais como Tó poderiam ser compostos (nome + verbo), mas sinais como erê (criança + especificador) já seriam derivados. Todavia, essa questão carece de investigação mais profunda, pelo que mantemos no subtítulo da nossa análise seguinte os termos composto/ derivado.

Assim, esses são os conceitos que temos de ter em mente, podendo partir de várias questões que norteiam a nossa análise. Os sinais propostos são icônicos? Se o forem, serão sinais com estruturas classificadoras respeitando os recursos da Libras? A iconicidade presente nos sinais é apenas assente na visualidade ou é mediada pelo conhecimento e pela vivência do candomblé?

3 - Metodologia

Para criarmos os sinais, usamos primeiro de processos etnográficos, participando de várias obrigações na casa, Xirês (festejos), Odus de santo (obrigações de tempo iniciático), que são os mais comuns no terreiro. Em seguida dialogamos com Pai Omineram, para suprir as inúmeras dúvidas que advinham pela falta de convívio no espaço do terreiro pelos pesquisadores. Como por exemplo acerca do sinal de Ebó, um ritual muito comum no candomblé, usado para o equilíbrio espiritual, seja de adeptos do candomblé, seja de clientes das casas. É um ritual elaborado a partir da consulta ao Ifá, jogo de búzios, e a partir de então o sacerdote ou sacerdotisa organiza os grãos (feijão, farinha, legumes) a serem usados. Esses são passados na pessoa a ser atendida, junto com rezas específicas, cantadas no momento do Ebó. Os grãos são

organizados em pratos de louça ou de barro em volta da pessoa, geralmente em forma de L, e à medida que o pai ou mãe de santo vai entoando as rezas, os pratos são passados na pessoa.

A partir dessa experiência, pensamos no sinal em Libras para o Ebó juntando as mãos e fazendo um movimento de baixo para cima, com as mãos espalmadas, como se fosse ofertar algo a alguém. Isso para que no sentido desse sinal coubesse tanto a construção linguística da Libras como a vivência na religião, ou seja, para que houvesse a reflexão antropológica do sinal.

O sentido do Ebó é oferecer ao Sagrado os grãos na busca pelo equilíbrio espiritual, financeiro ou de saúde daquela pessoa. Por isso, a metodologia usada na construção dos sinais passou pela etnografia, e como instrumentos sempre usamos as entrevistas com o pai de santo. Depois vieram os debates entre os pesquisadores, pois contamos com dois professores surdos, um ouvinte e duas acadêmicas do curso Letras Libras da Unifap. À medida que surgia a proposta de sinal, abríamos as discussões entre o grupo para então definir um sinal.

A seguir vamos descrever esses sinais, procurando aferir quais os processos que estiveram na sua gênese, nomeadamente se manifestam arbitrariedade ou iconicidade; se houve recurso a estruturas predicadoras; e de que forma a cultura religiosa e a cultura Surda contribuíram para a sua formação. Vamos agrupá-los de acordo com esses pressupostos por uma questão de organização de texto e leitura mais fluida. Haverá também uma breve explicação do termo nas línguas-base, ioruba e fon, para que se possam entender as nossas observações. Os sinais podem ser consultados em vídeo disponibilizado no Youtube (https://youtu.be/tCg0uAssedc). Por fim, apresentaremos a discussão dos resultados sob uma perspectiva descritiva e também cultural.

4 - Sinais da família Jeje Savalu - Projeto Libras no Terreiro

4.1 Sinais icônicos: sinais simples

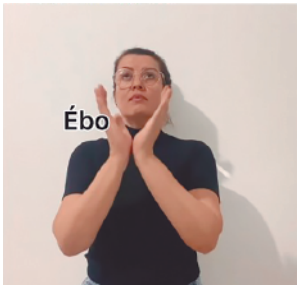
Nessa categoria encontramos os sinais que designam o abiã, ou seja, o adepto que está na primeira etapa da religião, aquela em que conhece a casa, alguns preceitos e participa de alguns rituais, porém ainda não passou pelo ritual da feitura, ou seja, ainda não foi completamente iniciado para o Orixá/Vodun que rege a sua cabeça. Uma das formas de identificar o estatuto que o adepto ocupa na religião é através dos colares de contas e guias que usa. O abiã apenas pode usar um colar de contas chamado fio de conta, e ao passar pela iniciação usará o delogun, logo, daí advém esse sinal.

Outro sinal que nos parece estar nessa categoria é o de roupa de ração. O sinalizante coloca as mãos nos bolsos, sendo esse um sinal icônico e referencial, pois o corpo do executante faz parte do sinal, como observamos no vídeo. Assim, colocar as mãos nos bolsos identifica a forma de roupa de maneira visual e concreta, podendo também apontar para o fato de a roupa de ração não ser trabalhada ou ostentatória, mas sim traje de uso diário na casa ou vestimenta daqueles que ainda estão no princípio da sua iniciação no candomblé, como o iawo, que já foi feito, ou o abiã, ainda não iniciado.

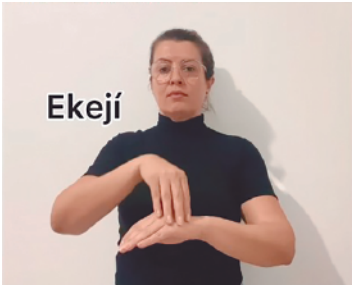
4.1.1 Sinais icônico-classificadores simples e compostos/ derivados

Alguns dos sinais presentes nesta proposta apresentam grande grau de semelhança com o que representam, porém, além disso, codificam também uma ação verbal, por isso não os consideramos puramente icônicos, mas sim estruturas classificadoras que incluem, em amálgama ou aposto, um verbo. São exemplos disso os sinais de ebó, ekedji, obrigação, feitura, Xiré, apoti, apomim, comida seca e corte. Observemos cada um deles.

Ebó - O ebó consiste numa oferenda ao Orixá/Vodun. Assim, esse sinal simples representa o recipiente em que são colocados os alimentos e o ato de os oferecer à divindade, por isso, há um movimento para o alto, o lugar do Orixá/Vodun, que está acima do crente.



Ekedji - Esse sinal representa a qualidade de uma das personalidades mais importantes no candomblé, o ogan ou a ekdjei. É ela quem conduz o vondusi, o filho incorporado, e conduz de novo o Vodun para o Olorum, o plano divino em que se encontra. Daí esse sinal que codifica quer a toalha caraterística usada pela ekedji, quer o movimento de elevação aos céus.



Obrigação - O adepto no candomblé passa por vários estados de hierarquia na casa. Assim, desde o momento de Iawo, em que inicia o seu percurso, tem várias etapas ao longo de um, três e sete anos. Nesses estágios, há de comprar elementos, desde vestuário a alimentos, entre outros, para ofertar ao Orixá/Vodun e partilhar com a casa e convidados que possam assistir. Assim, o sinal composto significa o ato de recolher dinheiro e pagar.

Iawo - Esse sinal é similar ao de abiã, mas com importantes traços que os distinguem. Neste caso, as contas/guias são executadas com vários dedos, símbolo das várias guias usadas pelo filho já iniciado, e acresce-se o especificador de baixar a cabeça e de baixar na cabeça, que mais à frente descreveremos.

Feitura - Um dos rituais marcantes no processo de iniciação do crente é o que há de ser feito para o Vodun. Aí, um dos preceitos a ser executado é o de raspar o cabelo. Neste sinal composto, assim considerado porque a mão não dominante representa um classificador, e não apenas um local de articulação, vemos o ato de raspagem da cabeça.

Vodun - Divindade africana cultuada pela nação Jeje, equivale ao termo Orixá. O sinal representa o momento em que o Vodun, incorporado no seu filho, se apresenta no xiré ou roda e, após o Ilá, grito que confirma sua presença, coloca as mãos junto à cintura, fazendo um movimento de dança suave. Sinal icônico-classificador assente no conhecimento e na visualidade dos rituais religiosos.

Jeje Savalu - Retomando o sinal de Vodun, no mesmo local e com o mesmo movimento, acrescentando uma postura corporal curvada e com as mãos entrelaçadas. Esse sinal invoca uma divindade importante no panteão Jeje, Nanã, uma deusa anciã que modela a vida com a lama, um dos seus atributos, sendo uma divindade de criação. A concepção desse sinal parte de amplo conhecimento da religião, uma vez que, de forma metonímica, através do sinal de Vodun, há uma fusão de sinais, morfismo, que reproduz uma reverência a uma mãe ancestral.

Xiré - Esse é um momento de celebração e festa nessa religião em que as divindades descem sobre os seus filhos, através de incorporação, e são executadas

várias danças, por vezes em roda, com muitos assistentes também em círculo observando. Assim, ao verbo classificador “sentar em roda” junta-se o sinal para Orixá, ou seja, a ação da divindade participando no ritual.

Apoti - Esse é o banco em que os que foram recentemente iniciados, ou aqueles que se estão passando um período de obrigação, se sentam. Assim, vemos o sinalizante executar um gesto icônico de banco corrido e um verbo que representa a ação de sentar mais abaixo, ou seja, também aqui se representa a posição do crente na hierarquia da casa, consoante o seu estágio na religião. Desta forma, este sinal, como outros que abaixo veremos, tem igualmente um forte cariz cultural.

Apomim - A caneca de metal com que os iniciados, ou quem está em obrigação, bebem no terreiro. O sinal representa a caneca e o ato de tocá-la com um utensílio para evidenciar que é de metal, e não de outro material. É curioso que uma língua visual tenha codificado um significante com base no som caraterístico de bater no metal, o que aponta para um matiz cultural geral, o som do metal.

Comida seca - Tal como o sinal de ebó, esse significante representa de forma icônica o recipiente da comida, elevado ao alto, pois é uma oferenda para o Vodun, precedido do verbo comer.

Corte - Da mesma forma que o sinal descrito anteriormente, esse significante representa a oferta de animais ao Vodun. Assim, executa-se o sinal de animal seguido de um verbo classificador que representa o ato de oferecer algo a uma divindade, elevando os braços.

4.2 Sinais compostos com léxico da Libras e classificador/ especificador

Vários sinais propostos neste projeto fazem recurso de léxico comum da Libras, sendo apenas especificados e relacionados com o contexto religioso através da junção de um classificador de forma, mas também semântico,

pois pleno de significado sociocultural. Aqui se incluem os sinais de mãe de santo (mulher + conhecimento + estar sob seus filhos/filhas); avô de santo (idoso/avô + estar sob seus filhos/filhas); pai de santo (conhecimento + estar sob seus filhos/filhas); erê (criança + incorporação); ogan (homem + não incorporação); família de santo (família + incorporação). Esse conjunto de sinais pode ser considerado como da mesma família e com uma forte codificação cultural. A esses haveria de se juntar o sinal de Iawo, anteriormente descrito, porém partilha apenas o especificador relacionado com a cabeça, não é formado por léxico comum da Libras, como aqueles que agora analisamos.

Todos eles têm em comum o especificador/classificador que identifica quer o baixar de cabeça (de novo o respeito que impera nessa religião pelas hierarquias e a humildade), quer o baixar na cabeça (a incorporação do Vodun no seu filho ou ainda o transmitir conhecimento para a cabeça). Esses sinais representam papéis ocupados dentro da organização familiar da casa, e por isso é natural que se use léxico comum – da família – e especificador que marque os significantes como representantes daquele código religioso. Cabe notar que no segundo sinal executado, que faz parte do nome ogan, uma das mãos fica em posição inversa, em comparação com todos os outros da família, representando-se assim o fato de ogan não incorporar. A inversão do parâmetro orientação contribui para essa importante informação dentro da ritualística do candomblé.

Outros dois sinais que confirmam o que acabamos de referir são os de ogan suspenso e ekedi suspensa. Nesses dois casos, omite-se o sinal de homem no primeiro significante, como noutras línguas de sinais, na Libras, o masculino pode ser subentendido, seguido do verbo esperar. Idêntica codificação se vê no sinal de ekedji, a que se sucede o mesmo verbo. Essas representações assentam no ritual do candomblé, uma vez que ekedji e ogan são autoridades escolhidas pelo Vodun e estão

suspensos, pois num candomblé o pai ou mãe de santo da casa, incorporado com seu Vodun, toma pela mão a pessoa e a faz sentar numa cadeira de autoridade do terreiro. Então os ogans, se forem homens, pegam a pessoa sentada na cadeira e a levantam apresentando como nova autoridade do terreiro, mas que precisa passar pelo ritual de confirmação (iniciação para os que incorporam), para então ser chamada de fato ogan ou ekedji.

Outros dois sinais dessa natureza referem-se ao local do banho do iniciado: o Tó, em que se executa o sinal de banho e o de casa de banho, sendo este dos sinais mais próximos do léxico comum da Libras formado por um classificador verbal e um nome; e o Omitoro, banho do iniciado, durante o ritual de sua iniciação, feito de madrugada quando o crente está incorporado, cujo sinal representa o ato de tomar banho seguido do sinal de Orixá. Assim, o sinal é composto de verbo classificador + nome, como o anterior. O sinal proposto para dorosã, ritual de rezas e cânticos feitos de madrugada durante a iniciação ou a obrigação, é composto pelo sinal de rezar e pelo classificador de pessoa se elevando, podendo, a nosso ver, significar a elevação do vodunsi para o Vodun durante as orações.

Por último, resta observarmos os sinais de dubuli Aboro e dubuli Iaba. Ambos têm em comum o sinal verbal que codifica passagem dos anos – retomado a partir do nome ano do léxico comum da Libras –, e o seu significado reside no respeito que o filho deve ao seu Vodun, Aboro, se for masculino, Iaba, se for uma divindade feminina. A reverência está presente em ambos os sinais, mas a configuração de mão muda, querendo especificar se consiste em uma divindade masculina, com as mãos fechadas, ou feminina, com as mãos abertas. Esses sinais requerem um amplo conhecimento da religião para serem decodificados.

5 - Discussão dos resultados: quais as fronteiras da iconicidade?

Socorrendo-nos dos nossos conhecimentos sobre o candomblé, conseguimos descrever os sinais propostos para alguns conceitos da Nação Jeje Savalu. Observa-se que os sinais são icônicos, porém não assentam em representações visuais apenas. Por trás dos sinais propostos está implícito que a pessoa compreende o significado da liturgia e da ritualística do candomblé. Assim, não seria produtivo criar sinais apenas com base no que se vê, mas sim no que se compreende e posteriormente se interpreta e codifica em língua.

Muitos dos sinais são formados por formas verbais especificadoras/classificadoras, nomeadamente aqueles que representam rituais como banhos, rezas e oferendas. O candomblé é uma religião em que a contemplação do divino se alia à ação, às tarefas que cada um na família deve fazer para honrar os Voduns da casa. O candomblé não é uma religião do ler, mas do fazer. Assim, é natural que muitos dos sinais assentem nas ações que se veem e/ou de que se participa.

Finalmente, muitos dos sinais aproveitam léxico comum da Libras, o que respeita a economia linguística sempre que o termo codificado seja idêntico, como nos casos de mulher, avô, esperar, casa de banho, entre outros. Na maior parte das vezes esses sinais são especificados por um classificador/especificador que lhes predica significado, o valor e o lugar que têm dentro da religião.

6 - Conclusões

Chegado o final deste breve trabalho, muito fica por dizer. Porém, cremos ter demonstrado que a iconicidade não assenta apenas na visualidade *de per si*, nem se limita a copiar o que os olhos veem. Todos os sinais propostos resultam do diálogo entre os conhecedores da língua e da religião da casa Jeje.

Assim, cremos que as propostas respeitam os recursos naturais da Libras, uma vez que usam estruturas classificadoras, sinais lexicais comuns e alto grau de iconicidade em vez de soletração, algo que apenas transliteraria a língua de partida. Todavia, a análise de léxico religioso, ou outro, requer que sempre se tenha em mente a cultura que envolve a proposta. Só assim poderemos aferir e descrever os sinais com acuidade. Quem não conhece o candomblé não compreende a iconicidade na maioria dos sinais propostos, por isso, língua é cultura e codificação com base em vivências, experiências e saberes.

A proposta, para além de quaisquer experiências, se destina, sobretudo, a transpor o muro invisível, mas sólido da intolerância, da inobservância e do arraigado preconceito que mesmo pessoas surdas, sem conhecer a ritualística e a beleza cultural do candomblé, olham-no com o prisma do colonizador, ou seja, com muita aversão, por pensar que assenta em adoração ao diabo, o que na verdade advém de um discurso majoritário e ainda fortíssimo das religiões judaico-cristãs, principalmente as neopentecostais, sobre as religiões de matriz africana e afro-brasileira. Chega a ser irônico, não fosse triste, pois a divindade chamada diabo nem sequer constitui a cosmologia do candomblé. Contudo, em dado momento histórico ele foi associado à divindade de Exú, o mensageiro dos Orixás/Voduns – por ser desprendido de regras, extremamente irônico, sorridente e avesso a quaisquer parâmetros ou ditames imputados pelo ser humano, foi equivocadamente, mas agora propositalmente relacionado à figura do diabo. Mas esse é um tema que precisa de mais diálogo e aprofundamento, para outros textos vindouros.

Referências

Campos, R. M. R. (2019). Festa de Mãe Ita. Um tambor de Mina no Natal em Santa Bárbara do Pará. *VI Seminário Internacional Violência e Conflitos Sociais: Facções, Crimes e Segurança Pública*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará.

Correia, I. (2014). Morfologia derivacional em Língua Gestual Portuguesa: alguns exemplos. *EXEDRA* - Revista Científica da Escola Superior de Educação de Coimbra, *9*, 152-172.

Kileuy, O., & Oxaguiã, V. (2009). *O Candomblé bem explicado*. Nações Bantu, Ioruba e Fon. Rio de Janeiro: Pallas.

Manasses, R. *Sinais termos jeje*. YouTube. Disponível em: https://youtu.be/tCg0uAssedc

Moreno Neto, J. L. (2017). *O Cuidado nos Candomblés Jeje Savalu*. Doutorado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Quadros, R. M., & Karnopp, L. (2004). *Língua Brasileira de Sinais*. Estudos Linguísticos. São Paulo: Artmed.

Suppalla, T. (1982). *Structure and Aquisition of verbs of motion and location in american sign language*. California: Universidade de San Diego.

Intérprete de Língua Gestual de conferência - Entre o atual e o ideal - Estudo de caso em Portugal

Andreia Rodrigues[8]
Cristina Gil[9]
Joana Conde e Sousa[10]

A ideia do presente capítulo surgiu no decorrer de uma proposta de interpretação de uma *masterclass* no âmbito do projeto cofinanciado pelo Programa Europa Criativa da União Europeia. O projeto *Beyond Signs* foi criado pela organização italiana Fattoria Vittadini e é composto por mais duas organizações europeias parceiras, croata e portuguesa: DLAN e VOARTE, respetivamente. O *Beyond Signs* procura uma integração de públicos mistos, dando a conhecer a língua e cultura de comunidades Surdas e as suas expressões artísticas, capacitando e formando os artistas Surdos ao longo dos dois anos de trabalho (Beyond Signs, s.d.).

Nesse sentido de formação dos atores, surgiu essa *masterclass*, realizada no auditório do Museu das Comunicações em Lisboa. Devido à situação pandêmica atual provocada pelo SARS- CoV-2 e às restrições vigentes tanto em território nacional como em espaço europeu, o público distribuiu-se entre os regimes presencial e *online*, através da plataforma Zoom. Assim, foi possível ter a participação das entidades parceiras, nomeadamente com participantes croatas, italianos e portugueses, esses últimos que, por conveniência, estiveram presentes tanto de forma virtual como presencial.

Para responder às necessidades linguísticas das pessoas Surdas, quer presentes, quer via Zoom, foi necessária a criação de uma equipe de Intérpretes de

[8] Escola Superior de Educação de Coimbra. Contato: andreiarodrigues@esec.pt
[9] Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Setúbal/ Centro de Estudos de Comunicação e Cultura. Contato: cristina.gil@ese.ips.pt
[10] Escola Superior de Educação de Coimbra. Contato: joanarita@esec.pt

Língua Gestual (LG), composta por: um coordenador de equipe, dois Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa (LGP) para a modalidade Inglês - Língua Gestual Portuguesa (LGP) e vice-versa, dois Intérpretes de Sistema de Gestos Internacionais (SGI) - LGP e vice-versa (composta por Intérpretes Surdos portugueses) e uma Intérprete de Língua Gestual Croata (HZJ). Ao longo do artigo, considere-se Intérprete de Língua Gestual (ILG) tanto os Intérpretes de LGP como os de SGI – embora o SGI não seja considerado uma língua, mas um sistema de comunicação internacional, os profissionais atuam ao mesmo nível dos ILG.

Breves considerações sobre a história do Intérprete em conferência e confronto com a atualidade em Portugal

Esse tipo de evento em Portugal, de caráter internacional, envolvendo línguas estrangeiras e, sobretudo, incluindo a modalidade linguística gestual, não é assim tão comum, sobretudo considerando que a figura do intérprete de conferência é relativamente recente. Pagura (2010) refere que o papel de Intérprete de conferência (de línguas orais) surgiu com o final da Primeira Guerra Mundial, quando das "negociações para o Armistício e a elaboração do Tratado de Versalhes, que criou a Liga das Nações e outras organizações correlatas" (Pagura, 2010, p. 34). A necessidade surgiu pela exigência do Primeiro Ministro do Reino Unido e do Presidente dos Estados Unidos da América à data de falarem nas reuniões na sua língua, a língua inglesa. O autor acrescenta ainda que, entre 1920 a 1930, começaram a surgir Intérpretes de Línguas Orais (ILO) em conferências nos mais diversos temas, mais tarde, nas sessões plenárias do Parlamento Europeu (em Estrasburgo ou em Bruxelas).

Em 1995, os finlandeses iniciaram a interpretação "*en retour*" em conferência, quebrando com o mito de que os Intérpretes só interpretavam para a sua língua materna. A EFSLI (European Forum of Sign Language Interpreters)

registra a primeira conferência da WFD (World Federation of the Deaf) na Finlândia com uma equipe de Intérpretes. Parte dessa equipe preparou o primeiro seminário da EFSLI, e mais tarde essa equipe composta por Intérpretes Europeus encontrou-se em Lisboa, em 1990 (EFSLI, s.d.), podendo esse evento ser um marco na história da interpretação em Portugal.

O ato de interpretar, ainda mais "*en retour",* de e para a língua de trabalho, na qual o Intérprete faz a ponte de comunicação, obriga à aquisição de várias competências tradutórias, definidas por Hurtado Albir (2011) com base nos pressupostos do grupo PACTE - Processo de Aquisição da Competência Tradutória e Avaliação (2003) e de Cabré (1999), que se dedicou ao estudo dos aspetos técnicos terminológicos e tradutórios aplicados à tradução de textos. Posteriormente, essas competências foram generalizadas por Nogueira (2019) como competências igualmente necessárias aos ILG de conferência, sendo elas: competência bilíngue, extralinguística (cultura geral), temática (conhecimentos específicos temáticos e terminológicos), instrumental (documentos e criação de uma base terminológica de trabalho), terminológica (conhecer os conceitos e forma correta de aplicação), tradutológica (conhecer as técnicas de tradução e a atividade profissional e seus desafios) e estratégica (organização do processo de interpretação, tendo em consideração os emissores e receptores e suas intenções comunicativas e preparação do local de trabalho). Nogueira (2019) admite as mesmas competências, mas realça o fator tempo e a prontidão de retorno que é exigida no ato de interpretação simultânea.

O modelo de Colonomos (2015) destaca esse fator ao dizer que a mensagem a ser transmitida fica retida na memória de curto prazo, revelando o pouco tempo que os profissionais têm para converter a informação tendo em conta o conteúdo linguístico, a intenção e adaptações culturais exigidas numa interpretação de qualidade. Além disso, alguns fatores podem influenciar a performance, tais

como fatores físicos, fisiológicos, culturais e emocionais do intérprete.

Essa capacidade de atuação em conferência foi, durante muito tempo, adquirida pelos ILGP de forma empírica, sendo que não existiu formação específica para esse efeito durante muito tempo. Essa lacuna foi colmatada entre 1997 a 2006 em Portugal na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, na sua licenciatura bietápica de Tradução e Interpretação em Língua Gestual Portuguesa. Esse curso continha a formação específica em interpretação de conferências para LGP, em três línguas de trabalho: LGP, Língua Portuguesa e Língua Inglesa. Todavia, essa formação já não se encontra disponível desde a entrada em vigor do Processo de Bolonha (a Declaração de Bolonha, visando a criação do que foi conceituado como o Espaço Europeu de Ensino Superior, foi assinada em 1999 por 29 países europeus, que conferem, assim, até três graus de ciclos de estudos, sendo que o grau de licenciatura tem a duração máxima de oito semestres).

O contexto de conferência impõe um grau de exigência maior para o profissional de interpretação, por ser usualmente um momento formal de apresentações de trabalhos, maioritariamente, de caráter acadêmico e científico. Quando é um evento de dimensão internacional, traz um desafio ainda maior, por requerer o domínio de mais do que uma língua de trabalho. Salientamos que, no caso do ILGP ouvinte e não nativo de LGP, esse recebe a língua de chegada e produz a de partida em duas línguas que não são a sua língua materna.

Santos (2016) enumera algumas das dificuldades com que o intérprete se depara, entre elas: a falta de acesso a materiais, a exposição e confrontação do profissional com as críticas da plateia, trabalho intenso pela complexidade de temas, ritmo do orador e tempo de atuação, pouco tempo de descanso pela necessidade de prestar apoio ao colega com que está revezando naquele momento (equipes compostas por dois ILG comumente),

não conseguir visualizar os materiais projetados e exigir um esforço mental superior do intérprete quando a apresentação foge da temática, uma vez que tem de tentar compreender para passar o conceito, isso porque a sua interpretação se limita ao seu conhecimento.

Relativamente ao desafio de atingir uma melhor performance gestual, o ILG deve investir numa boa preparação, para ir além da tradução e atingir o nível necessário de domínio do contexto para a interpretação do conteúdo. Isso porque Freire diz-nos que:

> [...] a compreensão durante o processo de interpretação vai muito além do nível léxico. O intérprete deve ser capaz não só de relacionar os sinais lingüísticos a seu próprio conhecimento de mundo como, também, de eliminar a ambigüidade que pode surgir de erros cometidos pelo palestrante em relação à correção gramatical (forma) e discursiva (conteúdo). O esforço de audição e análise não compreende a mera apreensão de um sentido que existe de per se, mas sim a reconstrução do sentido expresso em língua estrangeira na língua materna do intérprete. (Freire, 2008, p. 161-162)

Para ultrapassar algumas das dificuldades identificadas, a AIIC (Associação Internacional de Intérpretes de Conferência), cujo trabalho se centra na ética e nas condições de trabalho dos ILO, apresenta um "Guia do Orador" (AIIC, 2015), do qual salientamos os seguintes pontos: 1) o orador deve ter em atenção a velocidade e clareza do seu discurso; 2) o orador deve certificar-se de que sejam enviadas cópias de leituras programadas até 15 dias antes ou alguma orientação/ resumo/ palavras-chave o mais rápido possível ao intérprete ou à equipe de interpretação; 3) o orador deve ainda oferecer a oportunidade de esclarecimento de dúvidas numa sessão anterior com o intérprete ou equipe de interpretação; 4) o orador deve ainda informar sobre a visualização de materiais audiovisuais com antecedência para que possam ser interpretados; 5) o orador deve falar sempre a mesma

língua durante o debate e, se existirem outras línguas a serem usadas, deve avisar previamente para se acomodar essa valência dentro da equipe de interpretação (caso seja aplicável).

Metodologia

Este estudo apoiou-se numa perspectiva qualitativa, mais precisamente na metodologia de estudo de caso, focando-se, segundo Stake (1999), num estudo intrínseco e instrumental, recorrendo a um guião modelo e a um momento específico, uma *masterclass*. Esse evento apresentou muitos aspetos comuns a outras situações solenes, tais como as que são usuais em conferências. Stake afirma ainda que esse tipo de metodologia permite-nos criar generalizações que apelida de "naturalistas", também de certa forma empíricas, por poderem ser baseadas no conhecimento e experiência dos investigadores, nesse caso, uma abordagem epistemológica dos intérpretes de Língua Gestual Portuguesa.

O guião testado foi criado pela oradora Cristina Gil, ex-intérprete de LGP e hoje em dia investigadora de Cultura Surda e parte do corpo docente na formação de ILGP – por isso, sensível às necessidades de preparação e atuação dos ILG. A análise da eficácia desse guião divide-se em três fases: Fase I - Preparação, Fase II - Realização do serviço, Fase III - Reflexão pós-serviço/ *Debriefing*.

Fase I - Preparação

Quanto à preparação, a oradora enviou o *powerpoint* da *masterclass* e um guião com uma tabela subdividida em duas colunas, uma que identificava o número do *slide* a que a informação se referia, outra que especificava o conteúdo que seria mencionado, assim como conceitos específicos e *links* que direcionavam para informação relevante, inclusive para vídeos em língua gestual com os nomes gestuais de personagens históricas, por exemplo,

e *links* para vídeos mostrados na *masterclass* e qual a sua finalidade – mesmo que não fossem conteúdos para serem interpretados, imaginemos que o objetivo seja observar a língua gestual que está a ser projetada ou, num contexto completamente diferente, que o objetivo de um filme seja que o público atente aos movimentos de câmara ou planos usados na produção, assim a interpretação do vídeo torna-se desnecessária e distratora, mas relevante para a preparação do ILG.

Após algum tempo para a equipe explorar os materiais, foi marcada uma reunião *online* com os Intérpretes que estariam de serviço, os quais então colocaram as suas dúvidas e viram-nas esclarecidas. Essa reunião realizou-se na língua de trabalho que seria usada, a língua inglesa, tendo havido pontualmente algumas intervenções em LGP da parte da oradora também. O fato de a reunião se realizar em língua inglesa foi fator fundamental para os ILG se familiarizarem com o registro, prosódia e sotaque da oradora.

Nessa reunião a Intérprete-coordenadora que estava responsável por gerir a equipe de trabalho interpretou para os intérpretes de SGI para que todos estivessem focados na informação e como melhor interpretá-la. Salienta-se ainda que esteve também presente a Intérprete de Língua Gestual Croata. No final, a oradora enviou um vídeo resumindo os conceitos em LGP para a equipe de intérpretes de Sistema de Gestos Internacionais (ISGI).

Compreendendo-se que não seria possível todos os oradores realizarem essa tarefa, é importante que exista articulação entre as equipes de Intérpretes para que, consoante os materiais e a língua de origem, possam realizar um trabalho prévio de articulação para discutir as soluções de interpretação mais adequadas.

Fase II - Realização do Serviço

No dia do serviço, a equipe de intérpretes chegou cedo para preparar as condições de trabalho. Foi posicionado

um computador portátil em frente aos intérpretes ouvintes que estavam de costas para a apresentação, para que seguissem a informação projetada sem ter de olhar para trás. Tentou-se, dentro das condições disponíveis, que o foco de luz não projetasse sombra atrás do ILGP, e discutiu-se o formato do debate e quem ficaria responsável por interpretar para que modalidade, consoante a proficiência de cada profissional. Avaliando o formato do evento, concluiu-se serem necessários materiais auxiliares, como um microfone para a equipe de ILGP.

Gabrian e Williams (2015) ressalvam a necessidade da troca de Intérpretes a cada 20 minutos para garantir a qualidade da interpretação e o bem-estar físico e mental dos profissionais. No entanto, vários elementos condicionam a escolha do tempo de troca entre Intérpretes. Nesse caso, a complexidade do conteúdo científico e acadêmico e a existência de duas línguas de trabalho estrangeiras são por si só fatores que agravam a carga cognitiva de forma acentuada, no caso dos ILGP. Ainda se juntou mais uma agravante, nomeadamente, uma circunstância que implica um cansaço acrescido, já que o Intérprete de apoio ficou sentado à frente do Intérprete ativo, de forma a poder complementar e apoiar as informações perdidas pelo ILG em atuação. Como demonstrado por Nogueira (2016), o Intérprete passivo nunca "desliga" do ato de interpretação. Tendo em conta esses múltiplos fatores, os ILGP combinaram trocar a cada 10 minutos.

Os ISGI instalaram-se à frente para ver melhor os intérpretes-*feed,* neste caso os ILGP, sendo que não precisavam estar em palco, pois estavam a interpretar para os participantes estrangeiros *online*. Assim, recebendo a informação do intérprete-*feed* pelo computador portátil, perceberam que havia um *delay* considerável, pelo que recorreram à solução de receber a informação diretamente pelo intérprete-*feed.*

Fase III - Reflexão Pós-Serviço/Debriefing

Quanto à reflexão pós-serviço, concluiu-se, falando com o público Surdo presente, que a mensagem foi bem recebida, com algumas ressalvas técnicas, como no caso da recepção da datilologia quando se referia a palavras estrangeiras, e por isso não familiares. Embora muitos dos termos estivessem projetados no *powerpoint* da oradora com as respectivas explicações, a datilologia, por sua rapidez, tornou-se de difícil leitura, ainda que acompanhada do apontamento para o *powerpoint*.

Ademais, a proximidade do posicionamento das equipes de ILGP e ISGI causou alguma dificuldade de concentração do público Surdo em regime presencial, sendo que a interpretação para SGI acarretou algum ruído visual. Portanto, deveria ter sido acautelada uma maior distância, ou um separador físico entre a plateia e os profissionais.

Após essa reflexão, consideramos que, apesar de haver lugar para futuras correções, nomeadamente as que indicamos anteriormente, é fulcral que passe a ser prática comum a que aqui trazemos em análise para garantir uma melhor prestação dos ILG. Sendo certo que cada vez mais em Portugal a comunidade Surda participa de eventos científicos e acadêmicos, verifica-se um grau de dificuldade e complexidade acrescido nos serviços de interpretação desses contextos.

Desse modo, torna-se basilar indicar o que consideramos serem as Linhas Orientadoras para a prestação de um serviço de interpretação em LG em contexto de conferência. Propomos elencar dez pontos, e importa relembrar que este artigo abarca a interpretação de uma terceira língua – língua não materna. Assim, consideramos crucial que, além do “Guia do Orador” da AIIC supracitado, sejam abarcados os seguintes pontos:

1 - A equipe de intérpretes deve ser formada com profissionais fluentes nas línguas de trabalho e respectivas culturas, pelo que é fundamental o uso da “Discrição” contemplada no “Código de Ética e Deontologia do ILGP” (ANAPI-LG, 2016), sendo que o intérprete apenas deverá aceitar o serviço caso se sinta confortável com as línguas e culturas com as quais irá trabalhar.
2 - É importante a presença da figura do intérprete-coordenador, como aconteceu neste serviço. Esse tem a função de gerir a informação entre a organização e a equipe, bem como assegurar e gerir as condições de trabalho em todas as fases, de forma a colmatar eventuais situações inesperadas, por exemplo, ou simplesmente garantir que os pagamentos foram realizados pelo cliente.
3 - O envio do material por parte do orador deve ser realizado com a devida antecedência. Neste caso, o material foi recebido pela equipe cerca de duas semanas antes. No decorrer desse tempo houve espaço para que a equipe pudesse estudar o material e tomar nota das suas dúvidas.
4 - Os documentos de apoio à apresentação devem ser contemplados como material de estudo. Neste serviço foram essenciais para o estudo e clarificação de conceitos e para antever qualquer imprevisto na interpretação. Quanto mais material de apoio existir para a equipe de ILGP se preparar, menor será o erro e maior a tranquilidade e fluidez dos ILG. Esses materiais, na posse da equipe de interpretação e coordenação de intérpretes, devem ser destruídos após a execução do serviço, respeitando o “Código de Ética e Deontologia do Intérprete” (ANAPI-LG, 2016), devendo o profissional salvaguardar a sua Confidencialidade e não retirar informação para uso e benefício pessoal.
5 - Deve haver uma reunião com o/s orador/es na fase de preparação. Esse foi um momento que serviu não só para a exposição de dúvidas por parte da equipe de interpretação, como também para conhecer o registro de língua da oradora, seu estilo, bem como ter contato visual com ela, conforme Colonomos (2015) nos indica

ser importante para o processo de interpretação, como no caso de o orador apontar ou usar expressões vagas como “isto”. Mais uma vez, o fato de não ser uma surpresa a forma de expressão do orador diminui a ocorrência de eventuais bloqueios ou erros.

6 - Na fase da realização do serviço, é importante que a equipe possa chegar com antecedência ao local no intuito de preparar as condições e familiarizar-se com o ambiente e equipamentos. Tal como esta equipe de interpretação, que chegou ao local do serviço com mais de três horas de antecedência. Houve tempo para testar o equipamento necessário, bem como a iluminação e o local de interpretação. Esses constituem fatores essenciais para reduzir o nível de estresse com fatores externos à interpretação, como referem Woodcok e Fischer (2014).

7 - O tempo de interpretação ativa deve ser previamente combinado entre os elementos da equipe de interpretação, e o momento de troca de intérpretes deve ser o mais discreto, oportuno e fluido possível. Neste caso, e conforme referido anteriormente, a equipe decidiu realizar as suas trocas de 10 em 10 minutos, não só por se tratar de um contexto científico e acadêmico, como também pelo fato de se tratarem de duas línguas de trabalho.

8 - É imprescindível que as pausas dos ILG sejam acauteladas. A exigência intrínseca à interpretação simultânea levar-nos-ia à escrita de um outro artigo, porém, como rapidamente será compreensível, a interpretação simultânea de uma língua estrangeira para uma outra língua não materna é um trabalho de elevado grau de concentração e exigência cognitiva. Para que existam momentos de pausa, se o evento for mais extenso, justifica-se uma equipe com mais elementos, uma vez que, como foi dito, o Intérprete de apoio (passivo) deve prestar apoio ao colega, não tendo momentos de pausa. Com mais elementos, com o tempo de rotatividade e mesmo considerando um Intérprete em função passiva de apoio, tornaria possível um momento de pausa com regularidade durante o serviço para todos os membros da equipe. Desse

modo, a existência de pausas para que a equipe possa descansar e recuperar a concentração e o bem-estar físico é uma linha orientadora a ter em conta. A *masterclass* que aqui trazemos como modelo a ser seguido previu as pausas da equipe de interpretação e fê-lo de forma muito clara e assertiva. Essas mesmas pausas foram do conhecimento tanto da equipe de interpretação como do público, pois constavam no programa. No entanto, temos de enaltecer a sensibilidade da oradora, que fez chegar a proposta das pausas à intérprete-coordenadora, que então naturalmente assentiu. Caso não haja essa iniciativa por parte dos oradores/organizadores, deverá haver uma sensibilização e proposta por parte do intérprete-coordenador.

9 - Na fase de reflexão e pós-serviço, é importante haver um momento de *debriefing* com os todos os elementos da equipe de interpretação. Esse momento é essencial para a avaliação dos pontos fortes e fracos do serviço. É através desses momentos de reflexão pós-serviço que se poderão atingir níveis cada vez melhores de qualidade de interpretação. As críticas devem existir como forma de melhorar futuros serviços, devendo ser feitas em local privado e de forma construtiva. A equipe que prestou este serviço teve o seu momento de reflexão, o que consideramos ser uma linha importante a acrescentar a esse modelo de linhas orientadoras.

10 - E, não menos importante, o pagamento deve ser assegurado de forma justa e com a brevidade possível. Nesse âmbito, nem isso acontece. Neste evento toda a equipe de interpretação foi paga de uma forma justa, tendo sido o pagamento efetuado em questão de dias.

Tendo em conta o estado atual das interpretações simultâneas de eventos científicos e acadêmicos em Portugal, percebemos o quão raro são os momentos que aqui descrevemos. Foi o respeito pelo trabalho do intérprete de LG, pela necessidade de tempo de preparação para a interpretação, pela existência de dúvidas e inseguranças a serem sanadas e pelo intérprete

enquanto pessoa e profissional o mote que nos levou a escrever este artigo, bem como a confiança com que os intérpretes desenvolveram o trabalho no dia da atuação, familiarizados com os conceitos, o registro e o perfil da oradora.

Desejamos que o modelo que aqui apresentamos e as linhas orientadoras que propomos possam ser replicados e elevar a qualidade de interpretação de e para LG que tanto almejamos.

Referências

AIIC. (2015). *Guia do orador*. 1º dez 1999. Disponível em: https://aiic.org/document/4376/Guia%20do%20orador%20-%20POR.pdf. Acesso em: 08/12/2021

ANAPI-LG. (2016). *Revisão do Código de Ética e Deontológico do Intérprete de Língua Gestual Portuguesa (ILGP)*. 16 jul 2016. Disponível em: http://anapilg.pt/wp-content/uploads/2019/07/C%C3%B3digo-de-%C3%89tica-e-Deontol%C3%B3gico-do-ILGP_-ANAPI-LG.pdf. Acesso em: 08/01/2022.

Baigorri-Jalón, J. (2014). From Paris to Nuremberg. The birth of conference interpreting (H. Mikkelson & B. Slaughter Olsen, Trans.). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.

Beyond Signs (s.d.) *Beyond signs (Itália, Croácia, Portugal)*. Disponível em: https://beyondsigns.eu/sobre-nos/?lang=pt-pt. Acesso em: 01/12/2021.

Colonomos, B. (2015). *Integrative Model of Interpreting*, Supplemental Notes & Diagrams. Colonomos 2015, Bilingual Mediation Center, Inc. Disponível em: http://www.diinstitute.org/wp-content/uploads/2016/03/IMI-Supplemental-Colonomos- 2015.pdf. Acesso em: 30/12/2021.

EFSLI. (s.d). History. efsli historical excursus. Disponível em: https://efsli.org/about/history/. Acesso em: 07/01/2022.

Freire, E, L. (2008). Teoria Interpretativa da Tradução e Teoria dos Modelos dos Esforços na Interpretação - Proposições Fundamentais e Inter-relações. *Cadernos de Tradução*, *2* (22), 151-174. Disponível em: https://doi.org/10.5007/2175-7968.2008v2n22p151. Acesso em: 15/12/2021.

Gabrian, J., & Williams, G. (2009). *The Effect of Interpreter Fatigue On Interpretation Quality.* Disponível em: https://dpsionline.co.uk/wp-content/uploads/2019/06/The-Effect-of-Interpreter-Fatigue-on-Interpretation-Quality.pdf. Acesso em: 30/12/2021.

Hurtado Albir, A. (2011). *Traducción y traductología*, 5 ed. Madrid: Gredos.

Nogueira, T. (2016). Intérpretes de libras-português no contexto de conferência: Trabalho em equipe e as formas de apoio na cabine. *V Congresso Nacional de Pesquisa em Tradução e Interpretação de Língua de Sinais Brasileira*. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, pp. 1-17. Disponível em: https://www.congressotils.com.br/anais/2016/3334.pdf. Acesso em: 15/12/2021.

Nogueira, T. (2019). A mobilização da competência interpretativa na atuação de conferências: uma reflexão a partir do modelo do PACTE. *Belas Infiéis*, *8*(1), 191-211. doi: 10.26512/belas infiéis.v 8.n 1.2019.22636

Pagura. (2010). *A Interpretação de conferência no Brasil: história de sua prática profissional e a formação de intérpretes brasileiros*. Doutorado, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Letras Modernas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos e Literários do Inglês, São Paulo. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/

disponiveis/8/8147/tde-09022011-151705/publico/2010_ReynaldoJosePagura.pdf. Acesso em: 30/12/2021.

Santos, K. (2016). *O intérprete de libras no contexto de conferência: reflexões sobre sua atuação.* Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/8322/DissKASS.pdf?sequence=1 &isAllowed=y. Acesso em: 29/11/2021.

Stake, R. (1999). *Investigación con estudio de casos*, 2 ed. Madrid: Morata. Disponível em: https://www.uv.mx/rmipe/files/2017/02/Investigacion-con-estudios-de-caso.pdf. Acesso em: 08/12/2021.

Waquil, M. (2017). *Traduzindo "traducción y traductología": problemas terminológicos de tradução*. Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras - Lexicografia, Terminologia e Tradução: Relações Textuais. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/166273/001027759.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 30/12/2021.

Woodcock, K., & Fischer, S. (2014). *Occupational Health and Safety for Sign Language Interpreters.* Toronto: Ryerson University.

O Intérprete e o palco – Interpretação de peças de teatro para língua gestual portuguesa

Pedro Oliveira

Introdução

O trabalho do intérprete de Língua Gestual Portuguesa tem ganhado destaque, e tem-se assistido a um aumento dos contextos em que esse profissional atua. Se inicialmente era possível ver o intérprete nas associações de surdos, em escolas e na televisão, nos dias de hoje já nos habituamos à sua presença nos mais variados serviços, entre eles o teatro.

Cada contexto é único, e a formação do intérprete incide em todos esses contextos. Contudo, com uma licenciatura de três anos, é impossível abordar todas as temáticas de maneira aprofundada. Por norma dá-se um foco especial ao intérprete educacional, aquele que atua em contexto educativo.

Segundo o Código de Ética da Associação Nacional e Profissional da Interpretação - Língua Gestual (ANAPI-LG) de 2016 (p. 7), o intérprete ocupa a sua função tal como é descrito na Lei 89/99 e também é membro da equipe educativa "como profissional especializado na língua e cultura da Comunidade Surda e na língua e cultura da comunidade ouvinte, sendo interveniente da educação das crianças e jovens Surdos".

O presente trabalho pretende dar uma visão mais detalhada do intérprete num contexto artístico, mais especificamente em teatro, e servir como um material de orientação para profissionais e futuros profissionais que queiram trabalhar nessa área.

A Língua Gestual Portuguesa e a figura do intérprete de LGP

A Língua Gestual Portuguesa (LGP) foi reconhecida em 1997 na Constituição da República Portuguesa como sendo a língua de ensino e de expressão da Comunidade Surda, cabendo ao Estado "[...] proteger e valorizar a língua gestual portuguesa, enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e da igualdade de oportunidades" (artigo 74º, ponto 2, alínea h). Vários têm sido os estudos desenvolvidos para provar que a LGP é uma língua e possui todas as características comuns às línguas orais, ou seja, não se trata de uma linguagem, tal como afirma Correia (2009, p. 58).

> A linguagem gestual deve ser encarada como elemento paralinguístico, sendo mormente utilizada como instrumento de apoio à comunicação oral, contribuindo para um grau de maior ou menor expressividade do emissor [...]. As Línguas Gestuais devem ser encaradas como línguas humanas, na medida em que obedecem a parâmetros linguísticos universais, como a arbitrariedade, a convencionalidade, a recursividade e a criatividade.

A mesma autora (Correia, 2014) afirma que a LGP é um sistema de signos arbitrários e convencionais, veículo de expressão da comunidade surda que a utiliza.

A figura do intérprete é sempre uma incógnita no tempo, pois é difícil perceber quando é que surgiu. No entanto, desde que num espaço geográfico exista mais do que uma língua e várias comunidades, é improvável que todos dominem/conheçam essas línguas, havendo sempre a necessidade de recorrer a alguém que as domine para que possa servir de interlocutor entre os intervenientes e, assim, estabelecer uma ponte de comunicação.

Em Portugal a profissão do intérprete de língua gestual portuguesa (ILGP) foi reconhecida em 1999 pela Lei 89/99 de 5 de julho, na qual são definidas as condições

de acesso e exercício dessa atividade. No artigo 2.º da Lei mencionada é referido que "consideram-se intérpretes de língua gestual portuguesa os profissionais que interpretam e traduzem a informação de língua gestual para língua oral ou escrita e vice-versa, por forma a assegurar a comunicação entre pessoa surdas e ouvintes".

Esses profissionais atuam em várias áreas, como por exemplo na educação, em conferências e em espetáculos ao vivo, que são o foco deste trabalho. Não basta apenas que dominem as duas línguas com que mais trabalham, nesse caso a LGP e a LP, é necessário que tenham conhecimentos culturais de ambas as línguas, conhecimentos linguísticos e também conhecimentos de estratégias de interpretação, bem como de ética e linhas de conduta, porque um bom profissional precisa adotar uma boa postura e ser responsável. Por esse motivo é importante uma formação acadêmica em nível superior.

Como é possível ler numa investigação feita por Guarinello et al. (2017), o trabalho do intérprete de língua gestual (ILG) é bastante exigente, tanto em termos cognitivos – porque maioritariamente esse profissional atua no momento, ou seja, a interpretação é realizada de uma forma simultânea – como em termos físicos, uma vez que estamos nos referindo a uma língua gestual que é produzida pelo corpo. Por outro lado, esse profissional precisa estar constantemente atualizado no que diz respeito a acontecimentos nacionais e mundiais, devendo possuir uma boa cultura geral. Uma vez que nem sempre se tem acesso antecipadamente ao que irá ser abordado durante uma interpretação, pode surgir alguma situação inesperada no decorrer do trabalho. Estar atualizado significa estar precavido para que a qualidade do trabalho seja salvaguardada.

No que diz respeito à interpretação de espetáculos ao vivo, nomeadamente teatro, a exigência no domínio e na atualização cultural é grande, é um contexto em que a preparação do trabalho é longa e requer muita pesquisa, mas mais à frente já iremos perceber essa afinação, quais

são as estratégias adotadas e como é feita a preparação do profissional.

Teatro

Antes de começarmos a explicar o processo de interpretação de peças de teatro, é necessário primeiro definir de forma breve o que é o teatro, qual a sua função na sociedade, porque é que ele existe.

Comecemos por definir o conceito de teatro, a palavra "teatro" tem como origem a palavra "theatrum" do latim, e do grego a palavra "théatron"[11]. Segundo Figueiredo (2009, p. 4),

> a palavra "teatro" é muito rica em significações diferentes, podendo referir-se ao edifício onde habitualmente ocorrem espetáculos, ao grupo de ingredientes para levar a efeito o acto teatral, ao fingimento, às acções repetidas da vida quotidiana ou à actividade de representação.

Segundo Magaldi (1994, p. 8), para que exista teatro como forma de ato são necessários sempre três elementos fundamentais: o texto, o ator e o público. Sem um desses elementos não é possível criar um ato teatral, mesmo nas peças em que não é dito texto, os atores têm sempre como base um texto teatral escrito para se orientarem de modo a criar o espetáculo.

São inúmeros os gêneros teatrais (por exemplo, drama, comédia, musical, revista, entre outros), existindo uma mistura de artes que acaba por passar despercebida ao público. No entanto, não podemos esquecer que o teatro tem como base da sua criação os problemas sociais e culturais, tal como afirma o ator Rui Spranger, numa entrevista ao Jornal de Notícias em 2017 (Fonseca, 2017): "O teatro sempre questionou o homem, a sociedade, a política. [...] Desde a ação em épocas ditatoriais à ação em democracia sobre questões sociais e políticas." Na

[11] https://dicionario.priberam.org/teatro

mesma entrevista o ator António Campelo afirma ainda: "O teatro sempre foi espaço de diálogo, de aproximação, de inquietação e de partilha." Bem como a atriz Emília Silvestre diz, na entrevista mencionada anteriormente: "Como enunciador das preocupações e inquietações em relação ao mundo em que vivemos, o teatro, como a arte em geral, tem sido sempre um terreno fértil para a investigação crítica da vida em sociedade."

São essas interrogações presentes no teatro que levam à sua aproximação com o público. É impossível separar o teatro da Cultura, da Comunidade e da Educação, exatamente por tudo o que foi dito anteriormente. Atrevo-me a afirmar, tal como outros autores, o teatro é vida e, concordando com Figueiredo (2009), "Se o teatro é vida, movimento, imprescindível ao desenvolvimento de cultura e sociedade, então merece toda a atenção e um respeito rebordado por todos aqueles que têm gosto pela vida e por conseguinte 'vivem' o teatro".

É toda essa complexidade e informação que uma peça de teatro envolve que torna a sua interpretação para LGP um contexto específico e muito particular. Tal como afirma Humphrey e Alcorn (apud Rigo, 2013, p. 55-56), é aconselhado que o ILG frequente cursos de artes dramáticas, desenvolvimento de personagens, análises de roteiro e direção de palco para se preparar para esse desafio.

A interpretação de peças de teatro para LGP

Interpretar uma peça de teatro não é o mesmo que interpretar uma aula, é difícil comparar e equiparar contextos de interpretação, pois cada um tem as suas especificidades e dificuldades. Porém, nem todos os intérpretes gostam ou se sentem confortáveis para interpretar em qualquer contexto, apesar de possuírem formação, cada profissional vai traçando o seu caminho e selecionando os contextos em que se sente mais confortável e nos quais realiza um bom trabalho. Interpretar peças de teatro não é ir ver uma

vez um ensaio ou ler o texto em casa e passar à prática, esse contexto exige trabalho e tempo de preparação.

Leeson (2005, apud Felício, 2017, p. 95) destaca as seguintes estratégias de interpretação como sendo as mais comuns: Omissão, Adição, Substituição e Paráfrase.

Omissão se dá quando o intérprete não realiza a interpretação de algo que foi dito. Essa estratégia é usada desde que o intérprete tenha plena consciência do que irá omitir. Antes da tomada dessa decisão é importante avaliar questões de semântica e pragmática para a língua-algo. As omissões podem ser bem-sucedidas quando o intérprete tem um bom conhecimento do texto e do público-alvo. No entanto, devemos sempre evitar o uso da omissão. Por exemplo, na peça de teatro "Ala de Criados", apresentada pela companhia O Teatrão, de 29 de maio a 9 de junho de 2019, ao longo do espetáculo as personagens tratavam-se sempre pelo seu nome e, apesar de todas as personagens possuírem um nome gestual, existiam momentos em que o intérprete omitia o nome da personagem, isso só era possível sempre que em cena não estivessem mais do que três personagens, pois as mesmas eram localizadas no espaço ou o profissional recorria à técnica de role-play (técnica que será novamente abordada mais à frente neste trabalho). Essa omissão do nome da personagem permitia que o intérprete tivesse mais tempo para passar a restante informação. Os exemplos apresentados encontram-se escritos em GLOSA[12].

Adição se dá quando o intérprete precisa acrescentar informação que, apesar de não ser dita, é necessária para melhor compreensão do texto. Isso acontece porque as modalidades das línguas são diferentes, poderá ser necessário, por exemplo, para descrições ou para complementar alguma informação. Mais uma vez o intérprete deve ter consciência do público-alvo na tomada dessa decisão. Por exemplo, quando são referidos lugares que não possuem nome gestual ou

[12] GLOSA - Escrita da LG com palavras do português, mas com a estrutura frásica da LGP, esta escrita é feita em maiúsculas.

que não sejam conhecidos, o intérprete opta por localizar esse espaço no mapa de uma forma visual – no exemplo de uma aldeia que fica na zona norte de Portugal e não possui nome gestual, o ILGP irá passar essa informação da seguinte forma: PORTUGAL ALDEIA ZONA.NORTE.

Substituição é estratégia usada quando o intérprete não consegue acompanhar a velocidade do discurso, pela quantidade de texto, para evitar uma dessincronização entre o que está sendo dito e o que está sendo interpretado. O intérprete acaba por simplificar a informação, perante essa substituição/simplificação do texto, podemos dizer, há uma omissão. É importante que o ILGP tenha plena consciência do que vai omitir/substituir, pois não pode fazê-lo com informação que mais tarde venha a ser importante para a compreensão do texto/peça. Por exemplo, consideremos a seguinte fala, da peça de teatro "A Grande Emissão do Mundo Português", apresentada pela companhia O Teatrão, de 21 de dezembro de 2018 a 20 de janeiro de 2019:

> "Aníbal Afonso, proprietário do restaurante Verde-Mar, de Faro, por especulação em sanduíches de queijo; Bobino Henriques Gaudêncio, de Santarém, por especulação em azeite; António Lopes Martins Longo, de Alcoutim, por especulação na venda de açúcar, José de Azevedo de Pinhão, Alijó, por especulação com farinha de milho; António Fontela, do lugar de Cumeira de Santo Amaro de Penaguião, por especulação na venda de azeite; Perpétua Costa Campeã, de Vila Real, por especulação com açúcar e arroz do racionamento; José Celorico, de Castelo Branco, por especulação com banha; António Marcelo, de Gouveia, por especulação na venda de toucinho; e José Rodrigues Ascenso, da Guarda, por especulação na venda de banha."

Como podemos ver, nessa fala são referidos muitos nomes, e a velocidade do discurso ia aumentando aos poucos. O intérprete optou apenas por ir dizendo o local e o produto, por exemplo: HOMEM.FARO.QUEIJO.VENDE. Como a velocidade do discurso ia aumentando, a certo

momento o intérprete opta por dizer HOMEM.CASTELO BRANCO. HOMEM.GOUVEIA. Ou seja, apenas passa como informação de "pessoa" e "local". Cremos que essa técnica se relaciona com a figura de estilo designada elipse.

Paráfrase ocorre quando um intérprete usa uma paráfrase para explicar um conceito que não exista na língua de chegada, ou que não tenha um equivalente linguístico.

A mesma autora (Leeson, 2005, citado por Felício, 2017, p. 95) afirma que é difícil contabilizar todas as estratégias usadas pelos ILGP nesses contextos, uma vez que existem diversas técnicas, e nem sempre se recorre ao uso de todas, só aquelas que são restritamente necessárias, úteis e adequadas ao contexto.

Sempre que um ILGP aceita a proposta de interpretar uma peça de teatro, deve estar consciente de vários fatores: a grande exposição, o tempo considerável de preparação, a disponibilidade para assistir a ensaios da peça e praticar a interpretação, pesquisa de vocabulário e a necessidade de adequar o nível linguístico da LGP não só ao público, uma vez que nunca se sabe quem será o público surdo, mas também ao nível linguístico do texto da peça.

A exposição do intérprete está sempre relacionada com a sua posição, é muito habitual ver-se o intérprete localizado num ponto específico da sala de espetáculo, que pode ser em pé à frente do palco ou na plateia em pé. Nessas duas situações, o intérprete pode tirar a visibilidade do espetáculo ao público surdo, uma vez que esse está mesmo à sua frente, e, para além disso, o espectador terá de decidir se olha para o intérprete ou para o que está acontecendo em palco, pois o ângulo de visão não irá permitir que veja as duas ações ao mesmo tempo. Tais constrangimentos podem fazer com que o público surdo perca o interesse pelo espetáculo e por ir ao teatro.

Não é fácil determinar qual a melhor posição desse profissional, tal como afirma Napier (citado por Rigo, 2013, p. 53), a localização do intérprete depende sempre dos

limites do palco com a plateia e do cenário. O ideal é o intérprete localizar-se em cima do palco, do lado esquerdo ou direito. Essa decisão de lado depende sempre da melhor visibilidade do público surdo, e também da própria dinâmica da peça.

Por exemplo, se os atores se deslocam muito para a boca de cena do lado direito e há muitas entradas e saídas por esse mesmo lado, o melhor é o intérprete ficar do lado oposto, de modo a não atrapalhar o trabalho dos atores e vice-versa, evitando assim que os atores passem pela frente do intérprete, e também evitando qualquer contratempo que pudesse acontecer entre o ator e o intérprete. No entanto, não deve ficar muito próximo dos limites laterais do palco. O ideal seria posicionar-se no limite lateral da boca de cena, como exemplificado na figura 1, porque, se a sua localização for no limite lateral do palco, e se existir uma grande distância entre o ILGP e a cena, o espectador surdo terá de mudar constantemente o seu foco; e, estando o intérprete mais no limite da boca de cena, a probabilidade de a cena e o intérprete ficarem dentro do mesmo ângulo de visão é maior.

Figura 1 - Intérprete localizado no limite da boca de cena.

Mais uma vez refiro, é difícil determinar uma posição, pois tudo depende da dinâmica da peça, por exemplo,

se a peça de teatro for um monólogo ou só com duas personagens, é muito fácil posicionar o intérprete dentro de cena, passando esse a fazer parte do espetáculo, tal como é possível observar na figura 2.

Figura 2 - Intérprete localizado em cena no caso de um monólogo.

Sempre que possível deve-se localizar o intérprete o mais próximo da boca de cena ou dentro da boca de cena. Qualquer que seja a posição, é importante que o intérprete esteja bem iluminado, deve haver sempre um foco de luz só para ele – os técnicos de luz devem ter cuidado para não desligar o foco enquanto o intérprete ainda estiver realizando a interpretação (mesmo que em cena o *blackout*[13] já tenha sido feito) e também devem ligar o foco antes da primeira fala, ou som, uma vez que o intérprete tem a obrigação de passar toda informação, incluindo os sons de fundo do espetáculo.

Podemos concluir que a exposição do intérprete é grande, pois ele terá um foco de luz só para si e estará à sua frente uma plateia que vai exercendo alguma pressão sobre o ILGP. Tal pressão não é unicamente exercida pelo público surdo, também é exercida pelo público ouvinte, porque ambos os públicos vão olhar para esse profissional e ver a sua performance.

[13] Entende-se por *blackout* sempre que as luzes do espetáculo são apagadas na sua totalidade.

Uma alternativa para a localização do intérprete – já vista em Portugal, por exemplo, em abril de 2010, na peça de teatro "Leandro, o Rei de Helíria", de Alice Vieira, apresentada no castelo de Leiria, bem como noutros países – é recorrer ao intérprete-sombra, isto é, o intérprete faz parte do espetáculo, existindo um ILGP para cada ator. Como o nome indica, sombra, o intérprete fica "colado" no ator, acompanhando os seus movimentos. Assim como explica Rigo (2013), o intérprete "move-se de forma expansiva, sinaliza dramaticamente e também se comporta fisicamente como o personagem que interpreta".

Optar pelo intérprete-sombra colabora para que o espectador surdo tenha pleno acesso a tudo o que está acontecendo em cena, não havendo assim o risco de perder informação ou ter de optar entre olhar para o ILGP ou para a cena. No entanto, Rigo (2013) aponta um aspeto negativo quando se trabalha com o intérprete-sombra: "As performances faladas seguem uma mudança de turno e o público surdo que assiste aos intérpretes-sombra acaba tendo dificuldades de identificação do emissor quando as trocas de turnos são muito rápidas."

Após analisarmos o nível de exposição a que o intérprete está sujeito nesse contexto, pois é um fator que depende da sua posição, podemos agora falar da preparação que o ILG tem de fazer até o dia da sessão com interpretação para LG. É necessário que esse profissional tenha acesso à versão mais atualizada do texto com alguma antecedência – isso porque no teatro o texto nem sempre é um texto fechado, ou seja, pode sofrer alterações até a estreia, por isso é importante que, sempre que o texto sofra alguma alteração, esse seja disponibilizado o quanto antes ao intérprete.

Tratando-se de um contexto específico, é preciso que o ILG estude e prepare muito bem o seu trabalho. Podemos até dizer que a interpretação de peças de teatro acaba por ser um trabalho de tradução e interpretação. Tal como afirmam Lenehan (2005) e Turner e Pollitt (2002), citados por Rigo (2013, p. 50), esse é um trabalho híbrido,

pois, no momento de preparação, o que o intérprete irá fazer é uma tradução, e no dia do espetáculo o ILG irá interpretar com base na tradução que preparou.

O momento da preparação passa por várias fases. Na primeira fase, o ILGP analisa o texto, faz uma leitura bem atenta para perceber o conteúdo, procura o significado de vocabulário desconhecido e busca sinônimos, faz uma lista do vocabulário gestual que não conheça para depois poder pesquisá-lo no seio da Comunidade Surda, faz um levantamento das personagens e, para além disso, realiza um levantamento de referências culturais que estejam presentes no texto da peça. Como já dissemos anteriormente, esse trabalho, por norma, é realizado por uma equipe de intérpretes – a primeira fase pode ser feita individualmente, mas é importante que cada intérprete faça a análise do texto todo, e não só das suas partes, para que todos conheçam bem o texto e estejam confortáveis com seu conteúdo, uma vez que podem existir partes em comum.

Posteriormente, dá-se a fase de pré-preparação da tradução. Aqui a equipe deve começar a trabalhar em conjunto, pois é o momento de pesquisar os gestos desconhecidos, discutir ideias, definir alguns gestos que venham a ser comuns aos vários intérpretes, definir algumas estratégias de interpretação e também começar a pensar em atribuir nomes gestuais às personagens, sempre com o apoio da Comunidade Surda. O ILGP pode recorrer à datilologia para identificar personagens ou lugares, porém deve ter em mente que o público surdo tem dificuldades em percebê-la. Portanto, deve-se usar esse método durante a interpretação somente em exceções que assim o exijam, por exemplo, se a personagem está soletrando oralmente uma palavra, o ILG também deve fazê-lo. Durante essa fase, os intérpretes podem começar a assistir aos ensaios da peça e fazer anotações das características de cada personagem, pois vai ser útil na sua interpretação.

Iniciamos agora a terceira fase de preparação do texto, que se realiza já com a tradução. É nessa fase que se começa a praticar a interpretação, para tal muitos intérpretes, por questão de segurança, gostam de fazer a GLOSA do texto, vão realizando as anotações dos gestos que têm de executar. É importante os intérpretes possuírem uma gravação do espetáculo, pois assim podem começar a praticar ritmos, entoações, mudanças de personagens e reavaliar a sua interpretação, pois as técnicas que foram pensadas ou idealizadas na fase anterior podem não se mostrar eficazes. É essencial nessa altura ter o apoio dos colegas, isso porque muitas vezes o intérprete não tem noção se o que está a produzir na língua-alvo é ou não perceptível.

Ainda nessa fase, os ILGP devem estar presentes nos ensaios corridos, assim, além da preparação feita em casa, essa preparação também deve ser feita no espaço e com os atores. Isso permite que ambos os profissionais se habituem à presença uns dos outros, não havendo depois surpresas ou distrações. A presença regular nos ensaios permite avaliar qual a melhor posição para o intérprete, como serão efetuadas as trocas entre os profissionais, e pode começar a existir uma interação entre o ator e o intérprete.

Por exemplo, na peça de teatro “Mulher judaica”, apresentada pelos alunos do segundo ano da licenciatura de Teatro e Educação da Escola Superior de Educação de Coimbra, inserida na Mostra dell’arte (5º Mostra de Teatro “Até Já”), em 2016, com interpretação para LGP, a que o autor deste artigo assistiu, a personagem tinha de acender um cigarro, então deslocou-se até o intérprete, que retirou do bolso um isqueiro e acendeu seu cigarro. Nesse exemplo, apesar de essa interação ter sido um mero ato, o intérprete acabou por estar inserido no espetáculo. Outro exemplo, na apresentação de “Sonho de Uma Noite de Verão”, de William Shakespeare, apresentada n’O Teatrão e feita pelos alunos do terceiro ano da licenciatura de Teatro e Educação da Escola Superior de Educação de

Coimbra em 2020, houve um momento da peça em que um dos atores chamou o intérprete para se posicionar ao seu lado em cena e realizar a interpretação de uma das falas. Esses exemplos de interações entre o ator e o ILGP só são possíveis se os profissionais estiverem presentes regularmente nos ensaios, pois assim o intérprete deixa de ser uma presença estranha para os atores e passa a ser parte integrante do espetáculo.

Ainda no que diz respeito à preparação da interpretação, há um elemento característico das línguas gestuais que nesse contexto tem de ser muito bem usado: a expressão facial e corporal. A expressão facial é a expressão de emoções, por exemplo, se a personagem está soluçando e falando ao mesmo tempo, apesar de o espectador perceber olhando para o ator, é muito importante que o ILGP também passe essa emoção, ou seja, o intérprete deve incorporar a personagem. Nessa situação, o profissional deve executar os gestos de forma trêmula, fazer uma expressão de choro e até mesmo soluçar e fechar um pouco a amplitude do gesto. Analisando esse exemplo mais profundamente, pode-se considerar que o público ouvinte não vai perceber tudo o que a personagem está dizendo, pois sempre que uma pessoa chora e fala ao mesmo tempo temos dificuldade em compreender o que está sendo dito. Por isso, mesmo que o público surdo não veja o gesto completo por se ter diminuído a amplitude, ele estará ao nível do espectador ouvinte. Mais uma vez referimos que a participação regular nos ensaios é importante, porque vai ajudar o ILGP a incorporar as várias personagens – se essa incorporação for feita, o público surdo terá mais facilidade em identificar quem é a personagem que está falando.

A técnica de role-play é usada para que o intérprete localize as várias personagens em cena e, se for uma cena em que a velocidade do discurso é rápida, ou falam uns por cima dos outros, o role-play será uma boa técnica. Uma vez localizada cada personagem, não é necessário identificar sempre quem está falando e, associando essa

técnica à incorporação da personagem, toda a mensagem é perceptível pelo público surdo. Por outro lado, o intérprete poupa tempo, ficando assim com mais disponibilidade para passar a mensagem para a língua de chegada.

No que diz respeito à postura corporal, acontece exatamente o mesmo, se a personagem tiver algum tique ou uma postura que a destaque dos demais, o ILGP deve mais uma vez incorporar essa postura ou tique, exatamente pelos mesmos motivos já referidos. Essa postura corporal e o reforço da expressão facial são elementos importantes que fazem com que o trabalho do intérprete seja performativo. No entanto, ele deve ter atenção e não exagerar na sua performance, porque, caso exista exagero, o ILG vai acabar por ser o foco do espetáculo, e esse não é o objetivo do trabalho do intérprete.

Por fim, temos questões como a roupa a se usar nesse contexto. Como se trata de um contexto artístico, nem sempre o melhor vestuário é o que é recomendado usualmente, o preto, isso porque o fundo da peça de teatro também pode ser preto ou escuro – é necessário escolher bem a roupa, de modo que seu rosto e suas mãos fiquem bem visíveis. Caso o encenador ou o diretor do espetáculo queiram, eles podem apresentar uma roupa para o ILGP que se enquadre no tema/época da peça, desde que se tenha especial atenção aos padrões e às riscas, pois este não podem ser usados pelo intérprete uma vez que provocam um cansaço visual ao público surdo. Tal como afirma Humphrey e Alcorn, citados por Rigo (2013, p. 54) neste contexto o intérprete tem um foco de luz forte a incidir sobre ele, por isso, é comum o uso de maquilhagem, equilibrada, para que assim a expressão facial/emocional e a não-manual, sejam bem visíveis para o público surdo.

Conclusão

Após essa análise, podemos verificar que a interpretação de espetáculos teatrais exige preparação e disponibilidade do intérprete, bem como uma grande

abertura por parte dos diretores teatrais, pois é necessário que se encontrem disponíveis para esclarecimento de dúvidas, aceitem a presença do intérprete no palco e não o vejam como um elemento estranho ou alguém que queira ser o foco do espetáculo. Deve-se integrar o ILGP no espetáculo, o que vai facilitar ao público surdo o acesso pleno à informação e ao espetáculo em si. Para garantir esse acesso, é aconselhado que a equipe de intérpretes veja quais são os melhores lugares para o público-alvo, onde a pessoa surda pode ter no seu campo de visão a cena e o intérprete, comunicando tal posicionamento à bilheteira.

Algo muito importante que devemos considerar é que em teatro é comum o ator não dizer o texto exatamente como ele está escrito, por isso o intérprete deve estar preparado para essas situações e para possíveis improvisos que ocorram durante a representação da peça. O intérprete nunca deve decorar o texto nem a tradução, pois, se em algum momento acontece a situação anteriormente mencionada, o profissional pode se baralhar, ou omitir essa fala, ou interpretá-la como a decorou, e não como ela foi dita. Compreende-se que, ao fim de algum tempo ouvindo o mesmo texto, seja difícil não o decorar, porém, para se salvaguardar e evitar possíveis constrangimentos e assegurar um bom trabalho, o intérprete deve evitar ao máximo uma interpretação memorizada. Assim, a plasticidade e um bom conhecimento linguístico e cultural, adquiridos na cuidada preparação, são essenciais para uma interpretação vívida.

Concluímos assim afirmando que, se o teatro é vida, é cultura e é educação, deve ser acessível a qualquer pessoa.

Referências

ANAPI-LG. (2016). *Código de ética e deontológico do ILGP* [PDF]. Disponível em: http://anapilg.pt/codigo-de-etica-e-deontologico-do-ilgp/

Assembleia da República. (1999). Diário da República n.º 154/1999, Série I-A de 1999-07-05. *Diário da República Eletrónico*. Disponível em: https://data.dre.pt/eli/lei/89/1999/07/05/p/dre/pt/html

Constituição da República Portuguesa. (1997). Disponível em: https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/337/202002171639/128039/diploma/indice

Correia, I. (2009). O parâmetro expressão na Língua Gestual Portuguesa: unidade suprassegmental. *Exedra*, 1, 57-68. Disponível em: http://exedra.esec.pt/?p=1

Correia, I. (2014). A Língua Gestual Portuguesa é uma língua. *Porsinal*. http://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artd&idart=339

Felício, M. (2017). *Uma proposta para interpretação simultânea de performance em língua de sinais no contexto artístico*. Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/188198/PGET0363-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y

Figueiredo, J. (2009). O paradigma do teatro moderno: novos rumos e novos conceitos. *Recensio*, 1-11. Disponível em: http://www.recensio.ubi.pt/modelos/documentos/documento.php3?coddoc=2701

Fonseca, R. (março, 2017). Qual a potência do teatro hoje? *Jornal de Notícias*. Disponível em: https://www.jn.pt/artes/qual-a-potencia-do-teatro-5745192.html

Guarinello, A. C., Lisboa, T. R., Pereira, A. S., Santos, I. B., Iachisnki, L. T., Marques, J. M., & Silva, R. Q. (2017). Qualidade de vida do profissional intérprete de língua de sinais. *Distúrb Comum, 29*(3), 462-469. doi: 10.23925/2176-2724.2017v29i3p462-469

Magaldi, S. (1994). *Iniciação ao teatro*. [PDF]. Disponível em: https://docgo.net/view-doc.html?utm_source=magaldi-sabato-iniciacao-ao-teatro-pdf

Rigo, N. (2013). *Tradução de canções de LP para LSB: identificando e comparando recursos tradutórios empregados por sinalizantes surdos e ouvintes*. Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/122839/PGET0179-D.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Os desafios da interpretação para voz

Joana Conde e Sousa
Rafaela Cota da Silva
Rui Pedro Oliveira

Introdução

A comunidade surda tem se tornado mais ativa na vida social e política em todo o mundo. Essa participação faz com que os surdos tenham necessidade de ter acesso a diferentes tipos de informação e, para além disso, queiram ser não apenas receptores de conteúdos, mas também produtores, com um papel ativo e relevante. Tal cenário traz consigo a consequente participação também dos intérpretes de língua gestual (ILG), que se deparam, assim, com uma variedade de contextos de atuação e necessidade de conhecimentos alargados sobre inúmeras áreas.

Assim, este artigo pretende expor alguns contextos de atuação do intérprete de língua gestual portuguesa (ILGP), evidenciando as dificuldades sentidas pelo profissional, os dilemas éticos que por vezes podem surgir, bem como explicar as decisões tomadas e estratégias postas em prática para um desenrolar do trabalho de forma mais produtiva e sem prejuízo de nenhuma das partes envolvidas. Antes disso, faremos uma pequena abordagem teórica com alusão a questões que envolvem a língua gestual portuguesa (LGP), bem como a história da interpretação em LGP em Portugal.

Língua Gestual Portuguesa

A língua gestual portuguesa é a língua usada pela comunidade surda que reside em Portugal, comunidade essa constituída não só por pessoas surdas, mas também por pessoas ouvintes, nomeadamente os ILGP, familiares e amigos de surdos, docentes de ensino especial,

entre outras pessoas que dominem a língua. Durante muitos anos, a LGP foi proibida nas escolas, estando a escolarização focada no método oralista, em detrimento do gestualista (Carvalho, 2007). Todavia, sendo a sua língua natural, os surdos, às escondidas e fora das salas de aula, comunicavam-se em LGP, o que fez com que a língua se mantivesse viva até os dias de hoje (Afonso, 2010).

Apesar disso, devido à pouca atenção que era dada à LGP, em 1995 formou-se a Comissão para o Reconhecimento e Proteção da Língua Gestual Portuguesa e Defesa dos Direitos das Pessoas Surdas, que integrava organizações e pessoas representativas da comunidade surda, cujo trabalho, após um longo período de luta, culminou, em 1997, com o reconhecimento da LGP na Constituição da República (no artigo 74, ponto 2, alínea h), determinando que cabe ao Estado "proteger e valorizar a língua gestual portuguesa, enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e da igualdade de oportunidades". Assim, quando falamos em LGP, referimo-nos a signos executados no espaço tridimensional e produzidos seguindo uma estrutura linguística própria, com gramática, sintaxe e vocabulário gestual que em nada se relacionam com a língua oral do país, nesse caso, Portugal (Amaral, Coutinho, Martins, 1994).

Os primeiros estudos linguísticos sobre línguas visuais foram feitos por William Stokoe nos anos 60 nos Estados Unidos da América. Esse linguista de renome afirmou que as línguas gestuais apresentam caraterísticas idênticas às línguas orais, e por isso devem ser consideradas línguas naturais e plenas (Stokoe, 2005). Já Chomsky (1975) dizia que todo ser humano nasce com a capacidade de produzir frases estruturadas sem ter consciência disso, o que nos leva a afirmar que qualquer pessoa tem capacidade para aprender uma língua visual, e a prova disso são os intérpretes de LGP, sendo que muitos deles só em idade adulta é que têm o primeiro contato com a língua. Por esse motivo, explicamos em seguida do que se trata quando falamos em interpretação.

Interpretação em Língua Gestual Portuguesa

Apesar de surdos e ouvintes portugueses apresentarem línguas naturais distintas, ambas as comunidades convivem geograficamente no mesmo território, surgindo a necessidade de, em certos momentos, a comunicação ser mediada através de um terceiro elemento: o intérprete de LGP. Nesse sentido, o intérprete sempre foi uma figura que esteve presente na comunidade surda, papel esse assumido inicialmente pelos filhos de pais surdos, os CODA (*Children Of Deaf Adults*), que por imersão no contexto linguístico familiar eram conhecedores da LGP (Almeida, 2003). A partir de 1999 a profissão de intérprete de LGP foi reconhecida na legislação pela Lei nº 89, nomeadamente "consideram-se intérpretes de língua gestual portuguesa todos os profissionais que interpretam e traduzem a informação de língua gestual para a língua oral ou escrita e vice-versa, por forma a assegurar a comunicação entre pessoas surdas e ouvintes".

Nos dias que correm, para ser um profissional da interpretação em LGP o indivíduo há de frequentar com aproveitamento a Licenciatura na área, sendo que, no caso do processo de Bolonha, a formação superior corresponde a três anos, o que pode se revelar insuficiente para um futuro intérprete. Nesse sentido, cabe ao aluno e futuro profissional procurar constante contato linguístico, cultural e social com a comunidade surda, na qual poderá ter acesso a todos os conhecimentos passíveis de serem incluídos num plano de estudos acadêmicos por constrangimentos temporais. Para além disso, é fulcral que os alunos e profissionais se preocupem em frequentar formações para se manterem sempre atualizados, bem como em constante aprendizagem sobre novos contextos de trabalho e perfis de atuação. Algumas dessas formações podem ser encontradas em associações de intérpretes de língua gestual, nacionais e internacionais, pois, cientes dessa necessidade, são elas muitas vezes que promovem formação com enfoque nas mais diversas

áreas de atuação do um intérprete. A nível nacional, é escassa ainda a formação avançada e especializada para que os intérpretes possam se especializar nalguma área em concreto.

Nos vários contextos em que o intérprete pode atuar, terá de enfrentar diversos desafios. Esses desafios podem ser questões éticas, dúvidas sobre se deve ou não aceitar determinado serviço ou até mesmo saber como reagir a determinadas situações. Embora o papel do intérprete seja o de mediador da comunicação entre duas ou mais pessoas que não dominem a mesma língua, não podemos esquecer que o intérprete é um ser humano, e existem contextos que podem afetar emocionalmente esse profissional, como poderemos ver nos exemplos que serão apresentados. Para além dessa consequência, há certos contextos que indiretamente acabam por causar alguma pressão sobre esse profissional – por exemplo, uma conferência ou um evento jurídico, devido a todas as formalidades e a todo o ambiente que possa existir, quer pela exposição, quer pelo conteúdo, acabam por influenciar psicologicamente o intérprete. Contudo, num contexto menos formal, certamente haverá menos pressão sobre o profissional de interpretação. Por isso mesmo, é muito importante que o intérprete tenha essa consciência no momento de decisão sobre a aceitação do trabalho.

Contextos práticos de atuação do Intérprete de Língua Gestual Portuguesa

Cabe agora apresentar alguns exemplos práticos que retratam diferentes contextos profissionais de atuação do ILGP. Assim:

- Conferência

Podendo ser de qualquer índole, as conferências apresentam-se sempre como um serviço que acarreta extrema pressão para os intérpretes em serviço, uma vez que, em Portugal, quase nunca é respeitado o tempo de

preparação dos intérpretes, sendo os materiais entregues de última hora, sem permitir que o profissional faça uma preparação adequada. Assim, mesmo antes de se iniciar o serviço de interpretação, já existe uma dificuldade, não só desconhecer o que será apresentado pelos oradores, como também o fato de no mesmo local poderem estar colegas de profissão, fazendo com que a equipe de interpretação esteja sempre em avaliação pelos seus pares.

Para clarificar algumas outras dificuldades, escolhemos duas situações que envolveram a interpretação para voz de dois conhecidos líderes da comunidade surda portuguesa. O primeiro exemplo que aqui queremos evidenciar refere-se ao compromisso ético e deontológico que o intérprete de língua gestual portuguesa assume quando da sua atuação. Nesse exemplo, o orador, no decorrer do seu discurso, usou uma expressão da gíria num espaço formal como é uma conferência, o que exigiu do intérprete uma tomada de decisão em poucos segundos, contemplando não apenas a escolha mais adequada em termos linguísticos – fidelidade ao conteúdo da mensagem –, mas também a fidelidade ao espírito do orador, fator contemplado no artigo 2º do Código de Ética. Somava-se ainda a dificuldade de usar um equivalente linguístico na língua de chegada, bem como ter a sensibilidade de perceber se a intenção do orador era verdadeiramente usar a expressão do calão no seu discurso.

A tomada de decisão, nesse caso, foi apoiada pela equipe de interpretação, o que acabou por encorajar o intérprete em serviço a usar uma expressão correspondente, ou seja, o uso de calão em português. Para essa tomada de decisão, foi levado em conta o conhecimento não só do orador como também da sua particular forma de se expressar, assim como a intencionalidade de provocar reação no público. Embora esse dilema possa parecer de fácil resolução, importa referir que, tal como relembram Woodcock e Fischer (2014), o ambiente de atuação condiciona a prestação do intérprete e, por conseguinte, a qualidade da interpretação.

O outro exemplo que gostaríamos de referir diz respeito a um erro de interpretação. Esse erro decorre numa situação de interpretação simultânea, depois de o orador se apresentar em cima do palco com uma garrafa de água com azeite. Por desconhecimento do conteúdo da apresentação, o intérprete refere no decorrer do seu trabalho por diversas vezes a mesma palavra, recebendo-a através da datilologia (uso do abecedário gestual, realizado no espaço tridimensional). A leitura da datilologia requer não só uma enorme concentração, como também rapidez de leitura, o que nem sempre acontece, por diversos fatores. Um deles seria a rapidez de execução por parte do orador, bem como a omissão de algumas letras. A essa dificuldade soma-se o fator surpresa, ou seja, pelo fato de tal palavra aparecer no decorrer de um discurso, desconhece-se quando será usada a datilologia. Nesse caso, o intérprete recebe parte da palavra, ou seja, faz a leitura da parte inicial da palavra, induzindo a erro, inconscientemente, o intérprete. O erro só é corrigido quando o orador faz referência ao conteúdo da garrafa no seu discurso. Nesse momento, tardiamente, o intérprete consegue compreender e atribuir o correto significado àquela parte da palavra datilológica. Não obstante a correção, o erro existiu durante vários minutos na interpretação para voz. A correção do erro foi corroborada pela equipe de interpretação, contribuindo como feedback ao intérprete em serviço (Woodcock & Fischer, 2014).

Por serem reais esses momentos de erro e falha, concordamos que deverá ser dada a possibilidade de preparação de conteúdo dos discursos gestuais quando desses momentos formais.

- Aulas e exames do Código da Estrada

Segundo o Artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 40/2016 da legislação portuguesa, uma pessoa surda pode requerer ao Instituto da Mobilidade e Transportes a presença do ILGP para a realização do exame teórico quando da obtenção da habilitação para conduzir veículo a motor.

Contudo, por vezes, o candidato surdo também pede a presença do ILGP nas aulas teóricas. Assim, o exemplo que aqui vamos apresentar refere-se à interpretação de aulas teóricas para obtenção do título de condutor e às dificuldades que o intérprete pode sentir nesse contexto.

A primeira dificuldade que podemos apontar é o vocabulário específico usado nessa conjuntura. É importante que o profissional domine, em primeiro lugar, o vocabulário em língua portuguesa (LP). Para isso, pode fazer uma leitura do livro teórico do Código da Estrada, de modo a adquirir vocabulário. Após isso, e tendo em conta que o vocabulário gestual dessa área é escasso, deve pensar nos códigos gestuais referentes à temática e apresentá-los à pessoa surda para aferir a sua concordância com as propostas. Esses códigos gestuais, que são utilizados entre o ILGP e o candidato surdo, são muito importantes para facilitar o processo de interpretação, quer de LP para LGP, quer de LGP para LP.

Outra dificuldade que pode ser sentida é quando o candidato surdo tem dúvidas sobre determinadas regras ou situações, pois, dada a natureza da mensagem, a pessoa surda recorrerá à localização de diversos itens lexicais no espaço tridimensional e fará também uso de muitos classificadores (forma que a mão assume para se referir a pessoas, animais e/ou objetos). Nesse sentido, é fulcral que o ILGP seja capaz de perceber as informações descritas de forma visual e transmiti-las em LP. Tal só é possível se o profissional possuir bom conhecimento do vocabulário, bem como destreza visual para descrever o que está vendo.

Por exemplo, imaginemos que a dúvida da pessoa surda se relaciona com a ordem de passagem dos veículos num cruzamento em que estão três carros. Nessa situação, o candidato surdo irá localizar os vários veículos no espaço, distribuídos de forma visual, competindo ao ILGP perceber visualmente as diferentes localizações dos veículos. Assim, recomenda-se que o intérprete que aceite trabalhar nessa área treine essa questão visual/

uso do espaço para que possa ser bastante fluido tanto na produção como na recepção da informação.

- Jurídico

Uma das situações que pretendemos apresentar para exemplificar esse contexto diz respeito a uma convocatória de índole urgente que foi feita no imediato, não tendo havido lugar a marcação prévia. O assunto em questão foi um crime de homicídio que, após ter acontecido, necessitou de rápida intervenção do trabalho do ILGP. Perante isso, o primeiro dilema com que o intérprete se deparou foi quanto a aceitar ou não o serviço, por perceber, de antemão, que tipo de conteúdo seria explorado. Tal como refere o ponto 4º do Código de Ética do ILGP, "o intérprete deverá evitar aceitar trabalhos que à partida saiba que poderão afectar negativamente o seu trabalho de interpretação". Nesse contexto, o ILGP tinha noção de que questões humanas e emocionais poderiam afetar o seu trabalho; por outro lado, por ser alguém que habitualmente reage de forma fria e pouco emotiva, acreditou ser capaz de se mostrar imparcial e não permitir que o contexto interferisse na prestação do trabalho em si.

Posto isso, durante o trabalho em si, o ILGP sentiu dificuldades em diferentes aspetos, como para lidar com o teor do assunto evitando sentir repulsa e até mesmo medo dos intervenientes, acreditando, por isso, que a prestação do serviço não só intervinha na sua segurança enquanto profissional, mas também enquanto pessoa. Para colmatar esse sentimento, o ILGP teve de trazer à sua consciência o fato de estar numa instalação da Polícia de Segurança Pública e com profissionais da área, o que, por si só, atenuava a insegurança que pudesse sentir.

Outra dificuldade sentida diz respeito à interpretação em si, não por desconhecimento do vocabulário utilizado, mas por esse ser de conteúdo sensível, criminoso e ligado a uma situação de atentado à vida humana. Efetivamente, ao longo da formação o ILGP não é preparado para esse tipo de situação com caráter humano e psicológico

bastante tenso e pesado. Cabe ao profissional encontrar estratégias que lhe permitam lidar da melhor forma com a situação. Nesse caso em particular, a estratégia encontrada pelo ILGP passou por bastante reflexão sobre o assunto, constatando que, infelizmente, as pessoas são capazes de comportamentos desumanos inexplicáveis, com os quais o ILGP, quer enquanto profissional, quer enquanto pessoa, não se identifica. Assim, a conscientização do ILGP de que o que acontece em contexto profissional deve ficar ali, e não ser trazido para casa ou para a vida pessoal, é uma ferramenta fulcral para que possa viver a vida além do trabalho de forma serena e tranquila.

- Saúde

Nesse contexto, apresentaremos dois exemplos práticos distintos, um de urgência médica e outro de uma consulta de psiquiatria. Comecemos pelo primeiro. Tal como no exemplo anteriormente dado, no contexto jurídico, quando o intérprete é contatado para acompanhar uma situação médica, ele tem de imediatamente refletir se tem ou não capacidade de aceitar o serviço. Isso porque nesse exemplo não há lugar para uma marcação prévia, e tanto pode tratar-se de um caso grave como ser um caso mais ligeiro. Nesse caso, o ILGP foi contatado para acompanhar uma pessoa surda que tem doença de *Crohn* (doença inflamatória intestinal) e estava enfrentando uma crise. Ao chegar à emergência hospitalar, o primeiro dilema que o intérprete enfrentou foi explicar de uma forma clara qual era a sua função ali, de modo a poder acompanhar a pessoa surda em todo o processo de atendimento. Em seguida, o segundo dilema foi dominar vocabulário da LGP para conseguir dar voz a todos os sintomas que a pessoa estava sentindo naquele exato momento, como por exemplo o local da dor, o nível da dor e o histórico clínico da pessoa surda em questão. Efetivamente, a pessoa surda apenas apontou para o local onde doía, o que facilitou o trabalho, uma vez que seria suficiente referir que existia dor associada àquele local, evitando assim

eventuais erros e recorrendo à interpretação direta de “A dor é na zona que a pessoa acabou de indicar”.

O segundo exemplo, tal como foi dito, refere-se a uma consulta de psiquiatria. A pessoa surda tinha uma característica que rapidamente se destacou, era uma pessoa bastante agitada e energética. Essa caraterística também se refletia na sua forma de se comunicar, gestuando de uma maneira muito rápida, o que fazia com que a informação que queria transmitir não fosse clara, dificultando a compreensão por parte do intérprete. Num primeiro momento, o intérprete pedia esclarecimento à pessoa surda ou pedia que repetisse, mas depois de algumas interrupções percebeu que a pessoa surda estava a ficando saturada de ser interrompida, pelo que decidiu parar de pedir esclarecimentos e optar por dizer aquilo que conseguia compreender mesmo que, em português, as várias ideias pudessem ser ilógicas. Passado esse momento, o profissional de saúde começou a tentar desconstruir a informação ou pedir para que a pessoa surda se explicasse melhor. Isso fez com que o intérprete, a certo momento, começasse a duvidar do seu próprio trabalho e das suas competências, o que levou a uma reflexão após a consulta médica.

Outro dilema que o intérprete enfrentou nessa consulta se deu quando a pessoa surda começou a gestuar enquanto o profissional de saúde se encontrava a falar, o que fez com que o ILGP parasse de interpretar de LP para LGP e começasse a interpretar de LGP para LP, tendo assim de interromper o discurso do profissional de saúde, não dando hipótese de conclusão. Esse dilema levanta duas questões: quando é que o intérprete deve parar de interpretar para LGP e dar voz à pessoa surda? Ou seja, o intérprete deve concluir a ideia e só depois começar a interpretar para voz? Ou, a partir do momento em que a pessoa surda começa a gestuar, o intérprete deve imediatamente alterar a modalidade da língua, mesmo que isso implique deixar pela metade ideias da língua-alvo?

Nessa situação, a escolha do intérprete recaiu sobre a segunda opção numa fase inicial: assim que a pessoa surda começava a gestuar, o ILGP começava a interpretar para português oral, porque, na opinião do intérprete, a sua função é apenas ser a ponte de comunicação entre duas pessoas, e cabe ao profissional de saúde controlar e orientar a consulta médica. Ao fim de algumas interrupções, o profissional de saúde pediu à pessoa surda que tivesse calma e esperasse pela informação toda, caso contrário a comunicação seria ainda mais difícil. No final da consulta, o intérprete voltou a refletir sobre os dilemas que enfrentou durante esse serviço e como a personalidade das pessoas, surdas ou ouvintes, afeta o trabalho do intérprete, levando-o a questionar-se sobre as suas competências.

Apesar dos desafios que os contextos de interpretação apresentados anteriormente acarretam, há também fatores que podem favorecer a prestação do trabalho de interpretação para voz. O conhecimento da forma como o intérprete atua torna-se fulcral para que o trabalho de interpretação seja de elevada qualidade. Sabendo que as línguas de trabalho são distintas, sendo a LGP uma língua visual/manual e o português, uma língua sonora/vocal, essas têm, naturalmente, ritmos diferentes quando da sua expressão (Amaral, Coutinho & Martins, 1994). Quando o intérprete tem o privilégio de trabalhar com surdos que são conhecedores desse fato, uma interpretação mais fluida e eficaz pode acontecer, especialmente se o orador surdo faz pausas no seu discurso para que o intérprete possa realizar a interpretação tendo em conta cada uma das línguas. Igualmente importante é o uso pausado e claro da datilologia sempre que essa se mostrar necessária, bem como o uso claro dos tempos verbais por parte do orador. Esses são alguns dos exemplos que tornam a interpretação para voz um momento gratificante.

Conclusão

Em suma, estamos cientes de que a necessidade do contato constante do intérprete com a comunidade surda, seja presencialmente, seja de forma digital, é basilar. É num espaço surdo que se consegue não só aprender novo vocabulário, como conhecer os diferentes registros de língua. Através de diferentes plataformas digitais, quer o estudante, quer o profissional de interpretação de língua gestual podem acessar muitos textos gestuais que contribuirão para uma atualização de conhecimentos linguísticos, culturais e sociais, podendo ainda conhecer diferentes usuários da língua.

A criação de formação especializada por áreas de atuação parece-nos ser o próximo passo a ser dado na profissionalização desses profissionais em Portugal, pois quanto mais formação tiverem, mais habilitados estarão técnica e linguisticamente para lidar com situações imprevisíveis, assim como para ser mais ágeis nas tomadas de decisão. Consideramos ainda que deve existir um espaço seguro onde os intérpretes de LGP possam expor as suas dificuldades de qualquer índole. Esse deve ser estabelecido tendo em conta o modelo já existente no estrangeiro, nomeadamente o *IIRAS - Interpreting Institute for Reflection-in-Action & Supervision*.

As situações inesperadas são muitas, por isso a falta de preparação e acesso aos conteúdos a serem interpretados pode condicionar e afetar a prestação do ILGP, colocando em risco a qualidade da interpretação, bem como a verdadeira imagem do orador. Para salvaguardar não só o teor do seu conteúdo como também o espírito da sua mensagem, torna-se urgente que a prática indicada possa fazer parte do cotidiano dos intérpretes de língua gestual portuguesa.

Referências

Afonso, C. (2010). Afinal é uma Língua!... A importância dos estudos dos linguintas. *Surdos Notícias, Setembro*(4), 4.

Almeida, M. J. (2003). Para a história da formação de intérpretes da língua gestual portuguesa. *Integrar, Janeiro/ Abril*(20), 55-60.

Amaral, M. A., Coutinho, A., & Martins, M. R. (1994). *Para uma Gramática da Língua Gestual Portuguesa.* Lisboa: Caminho.

Associação de Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa. (1991). *Código de Ética do Intérprete de Língua Gestual Portuguesa*.

Carvalho, P. (2007). *Breve História dos Surdos - no Mundo e em Portugal.* Lisboa: Surd'Universo.

Chomsky, N. (1975). *Logical Structure of Linguistic Theory.* Nova Iorque: Plenum Press.

Constituição da República Portuguesa. (1997). *Capítulo III: Direitos e deveres culturais. Artigo 74º: Ensino, ponto 2, alínea h*. Disponível em: https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx

Stokoe, W. C. (2005). Sign Language Structure: An Outline of the Visual Communication Systems of the American Deaf. *Journal of Deaf Studies and Deaf Education, 10*(1), 3-37.

Woodcock, K., & Fischer, S. (2014). *Occupational Health and Safety for Sign Language Interpreters.* Toronto: Ryerson University.

www.emanuscrito.com.br

Formato do livro - 14cm X 21cm

1ª edição